



ARTIGO

# A SUPOSTA ENTRONIZAÇÃO DE ALEXANDRE MAGNO NO EGITO (332 A.C.): ENTRE FRAGMENTOS DE HISTORIADORES GREGOS, RELATOS HELENÍSTICO-ROMANOS E ESPECULAÇÃO HISTORIOGRÁFICA<sup>1</sup>

Contato  
Universidade de Brasília  
Departamento de História, Campus Darcy Ribeiro  
70910-900 – Brasília – Distrito Federal – Brasil  
[modanez@unb.br](mailto:modanez@unb.br)

 Henrique Modanez de Sant'Anna<sup>2</sup>  
Universidade de Brasília  
Brasília – Distrito Federal – Brasil

## Resumo

Comentadores do *Romance de Alexandre (RA)*, contrapondo-se à reserva de historiadores modernos sobre o uso desse texto como fonte histórica para a vida do rei, frequentemente defendem o seu contrário. Isso é particularmente evidente no caso da suposta entronização de Alexandre em Mênfis. Tal manejo do *RA* como fonte para esse evento específico encontra guarida em biografias históricas e estudos recentes sobre os seus títulos reais egípcios, nos quais defende-se uma entronização menfita deduzida da utilização de protocolo onomástico completo em evidências arqueológicas do tempo do rei. Este artigo discute sistematicamente os relatos antigos sobre a sua primeira estadia em Mênfis com o intuito de destacar que a reserva de alguns historiadores modernos é fundamentada em razão do silêncio dos historiadores do tempo de Alexandre, cujas obras (preservadas em fragmentos) foram utilizadas pelos escritores do *corpus* principal de fontes helenístico-romanas. Defende que há indícios de uma estratégia macedônica para o alinhamento da sua experiência monárquica com tradições egípcias mais antigas, bem como da inclinação da elite sacerdotal menfita para a concretização de uma expectativa messiânica disseminada desde o desaparecimento de Nectanebo II. Ambas, no entanto, por razões que incluem o período da estadia de Alexandre no Egito e a imponente solenidade da coroação de reis egípcios, parecem não ter resultado em sua entronização formal em Mênfis. O silêncio das fontes helenístico-romanas permanece imperativo.

## Palavras-chave

Alexandre Magno – Egito antigo – fragmentos de historiadores gregos – historiografia antiga – *Romance de Alexandre*.

<sup>1</sup> Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e a bibliografia utilizadas são referenciadas.

<sup>2</sup> Professor Associado de História Antiga na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em História pela mesma instituição após graduação e mestrado em História feitos na Universidade Federal de Goiás. Participou do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE-Capes) na UC Berkeley, sob orientação de Erich Gruen. Foi bolsista do Programa Fulbright para Pesquisadores Visitantes na Universidade Cornell durante o pós-doutorado realizado no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Associado em Estudos Helênicos no Harvard Center for Hellenic Studies (Washington, D.C.) e, antes disso, *fellow* em Estudos Helênicos no mesmo centro de pesquisa e jovem pesquisador na Fondation Hardt “para o estudo da Antiguidade Clássica” (Suíça).



ARTICLE

## THE PURPORTED ENTHRONEMENT OF ALEXANDER THE GREAT IN EGYPT (332 BC): BETWEEN FRAGMENTS OF GREEK HISTORIANS, HELLENISTIC- ROMAN ACCOUNTS AND HISTORIOGRAPHICAL SPECULATION

Contact  
Universidade de Brasília  
Departamento de História, Campus Darcy Ribeiro  
70910-900 – Brasília – Distrito Federal – Brazil  
[modanez@unb.br](mailto:modanez@unb.br)

 Henrique Modanez de Sant'Anna  
Universidade de Brasília  
Brasília – Distrito Federal – Brazil

### Abstract

Commentators on the *Alexander Romance* (AR) have often countered the reservations of modern historians on using the text as a historical source for the life of Alexander the Great. This is particularly relevant with regard to the king's purported enthronement at Memphis. Historical biographies of Alexander as well as recent studies on his Egyptian royal titles lend support to the use of the AR as a source for this particular event, by arguing that an Egyptian enthronement can be defended. These studies make use of a complete onomastic protocol in archaeological evidence that dates from Alexander's time. The present article offers a systematic discussion of ancient accounts of his first stay in Memphis to emphasize that the reservations of modern historians are based on the silence on the first by historians from the time of Alexander, whose works (preserved only in fragments) were used by writers of the main *corpus* of Hellenistic-Roman sources. I argue that there is evidence of a Macedonian strategy that sought to align its monarchical experience with older Egyptian traditions as well as the inclination of the Memphite priestly elite to fulfill a messianic expectation disseminated since the disappearance of Nectanebo II. Both, however, for reasons including both the length of Alexander's stay in Egypt and the special solemnity of the coronation of Egyptian kings, seem not to have resulted in his formal enthronement in Memphis. The silence of the Hellenistic-Roman sources remains imperative.

### Keywords

Alexander the Great – ancient Egypt – fragments of ancient greek historians – ancient historiography – *Alexander's Romance*.

## Introdução

Este artigo constitui uma ponderação à tentativa de um historiador e comentarista do *Romance de Alexandre (RA)* que buscou restabelecê-lo como fonte para a suposta entronização de Alexandre em Mênfis (tentativa mais recente: NAWOTKA, 2017, p. 112-114), à luz de avanços nas interpretações sobre esse texto e de conclusões de estudos recentes sobre os títulos reais egípcios de Alexandre (BOSCH-PUCHE, 2013; BOSCH-PUCHE, 2014a; BOSCH-PUCHE, 2014b)<sup>3</sup>. Investe também na direção contrária de biografias históricas do rei que tomam como certa ou provável sua entronização em novembro ou dezembro de 332 a.C.<sup>4</sup> (FULLER, 1960, p. 105; HAMILTON, 1992 [1973], p. 74; FOX, 1974 [1973], p. 196-197; GREEN, 1991 [1974], p. 269; GEHRKE, 2003, p. 18; ANSON, 2013, p. 105, 123) e retoma premissa de Stanley Burstein, em artigo intitulado “Pharaoh Alexander: a scholarly myth” (1991), para o desenvolvimento de análise atual acerca dos pontos mais relevantes ao debate.

Segundo Burstein, “a expectativa de que uma titularidade implique uma coroação é injustificada, uma vez que a existência de titularidades para reis não coroados está bem documentada”<sup>5</sup> (BURSTEIN, 1991, p. 140). Os exemplos citados são Filipe Arídeu e Alexandre IV, além de uma generosa lista de imperadores romanos que, segundo estudo anterior ao dele, se estende não até Trajano, mas até Diocleciano (284-305 d.C.) e Maximino Daia (c. 270-313 d.C.) (BURSTEIN, 1991, p. 140; cf. KRUCHTEN, 1991, p. 541, autora de uma resenha de GRENIER, 1989). “Uma titularidade”<sup>6</sup>, conclui categoricamente na página seguinte, “não é evidência da coroação de um governante do Egito, mas da aceitação de seu governo pelos sacerdotes” (BURSTEIN, 1991, p. 141).

Em outras palavras, a adoção de protocolo onomástico completo por elites sacerdotais egípcias<sup>7</sup> pode indicar a sacralidade faraônica de Alexandre tão somente como uma estratégia política dessas elites, visando a manutenção de costumes político-re-

<sup>3</sup> Agradeço os pareceristas da *Revista de História* pelas valiosas sugestões e o Professor Vicente Dobroruka, que, pela primeira vez, insistiu no manejo dos fragmentos dos historiadores gregos.

<sup>4</sup> Doravante, todas as datas antigas são a.C., a menos quando explicitamente indicadas com d.C.

<sup>5</sup> Em razão do escopo deste artigo e da recente pesquisa de Bosch-Puche (BOSCH-PUCHE, 2014a; BOSCH-PUCHE, 2014b), excluiu-se uma discussão detalhada acerca dos títulos reais egípcios.

<sup>6</sup> Referindo-se genericamente ao caso macedônico (Alexandre e a dinastia ptolemaica) e romano. A discussão pode atingir contextos mais específicos, como no caso da análise de um papiro contendo texto ritual em escrita hierática provavelmente do final do séc. V ou início do séc. IV, hoje no Museu do Brooklyn, publicada pelo *Orientalistische Literaturzeitung* (OLZ). Nela, destacam-se incertezas e imprecisões quanto à sua datação por meio da discussão pormenorizada de características ortográficas, lexicais e gramaticais do texto (SCHENKEL, 1978, p. 546-547).

<sup>7</sup> Particularmente as elites de Tebas, Karnak e Hermópolis Magna, Armante e Bahariya (BOSCH-PUCHE, 2014a; BOSCH-PUCHE, 2014b).

ligiosos ancestrais e, conseqüentemente, dos próprios privilégios, e não a historicidade de uma cerimônia formal de entronização em Mênfis. Nem mesmo a expectativa messiânica egípcia com relação ao retorno do rei que deveria libertá-los da segunda ocupação persa<sup>8</sup>, já disseminada quando da chegada dos macedônios no Egito em 332, deve ser entendida como evidência dessa entronização (cf. STONEMAN, 1991, p. 29).

Assim, partindo-se dessa premissa e da apresentação sistemática dos fragmentos pertinentes de histórias perdidas de Alexandre, encaminha-se um estudo dos relatos helenístico-romanos que documentam sua estadia no Egito a partir do que se pode reconstituir dessas histórias. Entende-se que identificações inconclusivas de evidências arqueológicas com o RA (nas ocasiões em que as demais fontes antigas silenciam) não solucionam as lacunas na tradição mais completa de relatos antigos sobre Alexandre.

Pode-se formular a questão da seguinte forma: como solenidade tão importante, oriunda de uma tradição monárquica milenar conhecida dos gregos pelo menos desde Heródoto (ainda que com imprecisões)<sup>9</sup>, passou despercebida por todas as fontes helenístico-romanas de Alexandre, baseadas elas mesmas em histórias escritas majoritariamente por homens do rei? Como evento dessa natureza foi ignorado por todas essas fontes, mas não pela fonte que mais intercalações possui, ainda que essa possa ter tido sua estrutura narrativa (a seqüência dos eventos principais e sua correlação com o tema central do Romance), definida, como sugerido por Stoneman (1991, p. 27), já na Alexandria ptolomaica?

Tal questionamento não deriva de constatação inédita, embora tenha aqui resposta atualizada em razão da persistente defesa feita por Nawotka e da crescente confiança (desde a edição de Stoneman) no uso do RA como fonte histórica para o tempo de Alexandre ou para a sociedade de corte helenística constituída no Egi-

---

<sup>8</sup> É preciso ter claro que a ocupação persa iniciada com Cambises (526), embora interrompida entre 404-342, garantiu a integração do Egito (Mudraya para os persas, topônimo derivado da raiz semítica MŠR ou “fronteira”) ao seu vasto império. Exatamente por isso pode ser vista, segundo Agut-Labordère, como “uma das maiores conquistas políticas da Pérsia”. Já no reinado de Cambises, envolvia também o domínio sobre a Cirenaica, o deserto ocidental e parte da Núbia. Sob Dario I (522-486), de um total de vinte províncias (*nomoi*) listadas por Heródoto (às quais se deve continuar a acrescer a Núbia, presente apenas nas inscrições Aquemênidas), o Egito ocupa a sexta posição (AGUT-LABORDÈRE, 2023, p. 740-742; cf. WASMUTH, 2021, p. 771-779 para uma discussão sobre estratégias conscientes de associação das duas tradições monárquicas nas fontes arqueológicas em benefício de um governo persa com aparência de legitimidade no Egito).

<sup>9</sup> A questão do desconhecimento acerca da suposta divindade do faraó nas fontes gregas, embora Heródoto discorra sobre a natureza não divina da realeza egípcia em sua obra (*Histórias* 2.142) a partir de pesquisa com membros das elites sacerdotais egípcias, foi discutida, recentemente, por Collins (2014, p. 841-844). Tal desconhecimento, obviamente, não explica o silêncio mencionado com relação à suposta entronização de Alexandre.

to após Ptolomeu I. Retoma, com atualizações e acréscimos, a ressalva de Burstein: “Nem a tradição ‘oficial’ agora representada por Arriano nem as testemunhas sobreviventes da tradição vulgar, Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio e Justino, nem Plutarco”, afirma categoricamente, “contêm qualquer referência a Alexandre sendo coroado faraó em Mênfis, apesar da sensibilidade bem atestada deles a qualquer sinal de sua possível simpatia por maneiras não macedônicas e de sua vontade de se adaptar a elas” (BURSTEIN, 1991, p. 139).

Um estudo sistemático dos relatos antigos à luz dos fragmentos dos historiadores de Alexandre dará robustez à reserva metodologicamente orientada quanto ao silêncio dessas fontes, colocando cada uma em seu devido lugar em relação às histórias perdidas consultadas. A isso serão acrescidos, preliminarmente, estudos de questões específicas do RA e do problema ligado à suposta realização desse tipo de solenidade em novembro ou dezembro de 332. Com relação às primeiras, um ponto importante no seu manejo é a difusão tardo-antiga e medieval do texto, uma vez que ela aumenta exponencialmente as incertezas sobre sua estrutura narrativa e as diversas interpolações. Conforme reconstruções de Wolohojian e Gero, tem-se que a maioria dos manuscritos contendo o texto grego do RA pertence à recensão Beta (ou B), um retrabalho do Grupo Alpha, adicionando-se a ela ainda os Grupos Gamma (referidos também como Grupo C, uma expansão do B, com interpolações) e Delta (ou D, do qual nenhum texto grego nos chegou). Ao Grupo textual D pertencem as versões siríaca (possivelmente final do séc. VI d.C. ou início do séc. VII d.C. e a mais influente das versões orientais, traduzida de um original persa perdido; GERO, 1993, p. 5; cf. STONEMAN, 1991, p. 23), a etiópica e a fonte grega incerta (embora certamente perdida) usada para a redação de uma influente versão latina do séc. X, intitulada: *Nativitas et Victoria Alexandri Magni* ou *Historia de Preliis* (WOLOHOJIAN, 1969, p. 2).

Quanto ao segundo (o problema ligado à suposta realização desse tipo de solenidade em novembro ou dezembro de 332), será suscitada a possibilidade de esse evento nunca ter ocorrido também em face da ausência de data auspiciosa segundo o calendário egípcio, apesar de indícios de uma estratégia macedônica para o alinhamento da sua experiência monárquica com tradições egípcias mais antigas e da inclinação da elite sacerdotal menfita para a concretização de uma expectativa messiânica disseminada desde o desaparecimento de Nectanebo II.

## Questões e limites do RA como fonte histórica sobre a primeira estadia de Alexandre em Mênfis

Preliminarmente, é fundamental estabelecer que a interpretação do processo de deificação de Alexandre não passa necessariamente pela historicidade conjunta da sua suposta entronização como faraó em Mênfis e da declaração do oráculo de Amon. A última é indiscutivelmente histórica, visto que registrada por um conjunto razoável de relatos antigos, embora as condições da sua ocorrência permaneçam obscuras. Certamente foi posterior à primeira estadia do rei em Mênfis, o que, argumentarei mais adiante, complica ainda mais a ideia de uma entronização anterior. Esta tem sido alvo de infundável controvérsia. Embora mencionada no RA, tal entronização não encontra respaldo nos demais relatos antigos sobre Alexandre. Com efeito, a sentença grega ἐπειδὴ δὲ εἰς τὴν Μέμφιν παρεγένετο, ἐνεθρόνιζον αὐτὸν εἰς τὸ τοῦ Ἡφαίστου ἱερὸν θρονιστήριον καὶ ἐστόλιζον ὡς Αἰγύπτιον βασιλέα<sup>10</sup> (PSEUDO-CALÍSTENES, RA 1.34.2), pertence ao mais antigo grupo textual do documento a informar sua suposta coroação em Mênfis, mas se encontra isolada. Não há nem reformulações dessa sentença nem informações similares em outros relatos antigos, gregos ou latinos.

Nesse mesmo trecho do RA, Alexandre se depara com uma estátua perdida (se histórica) e tem reação dramática digna de nota:

Então Alexandre viu uma estátua de pedra negra e uma inscrição na sua base: “O rei que fugiu voltará ao Egito, não velho, mas jovem, e subjugará nossos inimigos, os persas.” Ele perguntou de quem era a estátua. A resposta foi: “Este é o nosso último rei, Nectanebo, que, quando os persas vieram guerrear contra o Egito, por suas artes mágicas viu que os deuses dos egípcios lideravam o inimigo e, sabendo de sua traição, exilou-se. E quando o procuramos e consultamos nossos próprios deuses, sobre para onde o rei havia fugido, o deus no santuário de Sinopeion [fundamental: perto de Mênfis] deu este oráculo: “O rei que fugiu retornará ao Egito, não velho, mas jovem, e ele subjugará nossos inimigos, os persas.” Ao ouvir essas palavras, Alexandre saltou sobre a estátua e a abraçou, dizendo: “Este é meu pai, eu sou seu filho”<sup>11</sup> (PSEUDO-CALÍSTENES, RA 1.34.3-6).

<sup>10</sup> “E quando [Alexandre] veio para Mênfis, eles o entronizaram na sagrada sala do trono de Hefesto e o paramentaram como a um rei egípcio”. Texto grego a partir da edição (Alpha) de W. Kroll (1926, p. 37-38) e versão em português a partir da tradução inglesa de Haight (1955, p. 41-42), como em todos os casos subsequentes.

<sup>11</sup> Ὅρα δὲ ὁ Ἀλέξανδρος ἀνδριάντα μέλανος λίθου καὶ ἐπιγραφὴν εἰς τὴν βάσιν· Ὁ φυγὼν βασιλεὺς πάλιν ἦξει εἰς Αἴγυπτον, οὐ γηράσκων ἀλλὰ νεάζων, καὶ τοὺς ἡμῶν ἐχθροὺς Πέρσας ἡμῖν ὑποτάξει. Ἐπυνθάνετο δέ, τίνας ὁ ἀνδριάς; οἱ δὲ εἶπον· Ὁὗτός ἐστιν ὁ ὕστατος ἡμῶν γενόμενος βασιλεὺς Νεκτανεβός, ὅστις ἐρχομένων τῶν Περσῶν τὴν Αἴγυπτον πολεμῆσαι εἶδε διὰ τῆς μαγικῆς δυνάμεως τοὺς θεοὺς τῶν Αἰγυπτίων στρατοπεδάρχας τῶν πολεμίων τυγχάνοντας εἰς τὴν Αἴγυπτον [ὄς] καὶ μαθὼν τὴν ὑπ’ αὐτῶν γενομένην

Nectanebo II (ou, antes, a imaginação posterior sobre ele) é peça-chave para a compreensão da narrativa do RA, das estratégias macedônicas no Egito e da questão em torno da historicidade da suposta entronização de Alexandre em Mênfis. Como último soberano nativo da 30<sup>a</sup> dinastia (HALL, 1933 [1927], p. 148), usurpou o trono de Taco e foi mantido no poder com o auxílio de mercenários gregos. Uma vez derrotado pelos persas de Artaxerxes III, conhecido como Oco, fugiu para Mênfis após a invasão que pôs fim ao período de independência (404-343) que antecedeu a segunda ocupação persa do Egito (343-332). (LLOYD, 2000, p. 364; cf. QUACK, 2021, p. 1540-1541). De lá, desapareceu (HALL, 1933 [1927], p. 153), o que garantiu a disseminação da expectativa do seu retorno entre os egípcios.

No relato fabuloso do RA<sup>12</sup>, antevendo a derrota para os persas, Nectanebo impôs-se um (conveniente) exílio em Pela, na Macedônia. Uma vez na corte de Filipe II, apaixonou-se pela rainha Olímpia, com quem teve um filho após se fazer passar por Amon, não sem alertá-la de que a criança seria igualmente um deus e o vingador de seu pai divino. Entre a desconfiança de Filipe e o posterior assassinato de Nectanebo pelas mãos do jovem Alexandre (cuja motivação permanece obscura no texto), o faraó exilado encontrou momento oportuno para revelar ao príncipe sua “verdadeira” linhagem. Para reforçar a ideia, Alexandre aparenta até mesmo ser meio-egípcio: “Filho”, lamenta Filipe, “eu amo seu caráter, mas odeio sua aparência, pois você é claramente diferente de mim na aparência, mas igual a mim no caráter”<sup>13</sup> (1.14.1). O infante, então, cresce, passa por uma série de experiências até a morte de seu pai (Filipe), realiza campanhas militares no Ocidente e dá início à sua expedição asiática. Stoneman resume bem a imprecisão nessa parte do documento: “A cronologia do Romance – ou talvez a sua geografia – é tão confusa que esta campanha [asiática] é interrompida por uma nova série de campanhas na Grécia e na Itália [onde Alexandre sequer esteve]: claramente o autor não tinha ideia de onde ficavam esses lugares” (STONEMAN, 1991, p. 19).

*Ainda segundo o RA*, recém-chegado ao Egito, Alexandre funda cidade de seu nome após ter recebido instruções do oráculo de Amon e de ter sido acolhido, em Mênfis, como filho ou reencarnação de Nectanebo. É nesse momento que sua suposta coroação é relatada: “eles o entronizaram na sagrada sala do trono de Hefesto

---

προδοσίαν ἔφυγεν. ζητούντων δὲ ἡμῶν αὐτὸν [καὶ] ἀξιούντων τοὺς ἰδίους θεοὺς, ποῦ ἔφυγεν ὁ βασιλεὺς, ἐχρημάτισεν ἡμῖν ὁ ἐν τῷ αὐτῷ τοῦ Σινωπειοῦ θεοῦ οὕτως: ‘Ὁ φυγὼν βασιλεὺς πάλιν ἦξει ἐν Αἰγύπτῳ, οὐ γηράσκων ἀλλὰ νεάζων, καὶ τοὺς ἡμῶν ἐχθροὺς Πέρσας ἡμῖν ὑποτάξει.’ Ταῦτα ἀκούσας ὁ Ἀλέξανδρος ἀνάλλεται ἐπὶ τοῦ ἀνδριάντος καὶ περιπλέκεται εἰπὼν: ‘Οὗτος ἐμὸς πατὴρ ἐστίν· τούτου ἐγὼ υἱὸς τυγχάνω.

<sup>12</sup> Síntese feita a partir da leitura do RA e do estudo introdutório de Stoneman (1991, p. 18-22).

<sup>13</sup> ‘Τέκνον, φιλῶ σου τὸν τρόπον, στυγῶ δὲ τὸν χαρακτήρα, ἐπεὶ ἀνόμοιος μὲν τυγχάνεις τὸν χαρακτήρα, ὁμοίος δὲ τῇ ψύσει’ (KROLL, 1926, p. 15; HAIGHT, 1955, p. 21).

e o paramentaram como a um rei egípcio” (STONEMAN, 1991, p. 19). O texto, então, passa a relatar a captura de Tiro, a continuação da guerra contra Dario (incluindo a troca de cartas diplomáticas com o Aquemênida e uma breve descrição dos eventos históricos da campanha), até que, súbito, retorna ao mundo grego, precisamente para uma reprise do cerco de Tebas e dos entraves diplomáticos com os atenienses. Em seguida, a narrativa retorna à guerra contra os persas, inclui antecipadamente o rei indiano Poro por meio de um suposto contato tentado pelo rei Dario e a visita imaginada de Alexandre à corte persa, disfarçado, com o intuito de desmoralizá-los. Uma batalha é travada (aparentemente, a batalha de Gaugamela), Dario é assassinado e, como novo soberano, Alexandre prepara-se para esposar Roxana. Em carta enviada à sua mãe, retoma-se um relato das suas aventuras e de viagens a regiões estranhas com criaturas fantásticas (sereias e centauros incluídos).

Por fim, Alexandre alcança o território indiano, onde enfrenta um motim dos soldados e, apesar disso, derrota Poro em um duelo. Lá, ainda, visita os brâmanes, escreve uma carta a Aristóteles sobre a Índia e, entre outras coisas, recebe do faraó Sesóstris, o soberano ideal em Heródoto, a notícia da sua inevitável morte. Antes de morrer, subjuga as amazonas, escreve outra carta para sua mãe, até que, de volta a Babilônia, tendo sido envenenado pelo filho de Antípatro, adoece e morre, não sem antes se despedir, de tornar público o seu testamento e indicar governantes para as províncias do seu império. Seu cadáver é finalmente levado para Alexandria, e uma lista de cidades fundadas por ele encerra a narrativa (STONEMAN, 1991, p. 18-22).

Certamente alguns eventos históricos são mencionados, embora de maneira confusa, imprecisa e desordenada. Destacam-se, por exemplo, sua investida contra o mundo grego, incluindo o cerco de Tebas, a própria expedição asiática contra Dario, a fundação de Alexandria no Egito e outras cidades, a estadia em Mênfis (onde supostamente uma entronização teria ocorrido) e a visita ao oráculo de Amon, a batalha de Gaugamela, a união com Roxana, o motim dos soldados, a campanha contra Poro e a transferência de seu cadáver para o Egito por Ptolomeu. Todos esses eventos, embora recheados de elementos fantásticos no RA, são também relatados pelo *corpus* principal de fontes helenístico-romanas. Por que, então, a entronização deveria constituir uma exceção a essa regra de pesquisa dos relatos antigos, considerando-se a premissa de Burstein (1991, p. 143-144)<sup>14</sup> em relação ao emprego dos títulos reais egípcios?

---

<sup>14</sup> Do protocolo onomástico completo analisado por Bosch-Puche (2014a e 2014b), que introduz os respectivos cartuchos e fornece as traduções das quais oferece-se aqui uma versão em português a título de ilustração, merecem destaque seus nomes de Hórus (“protetor do Egito”, “o soberano valente” [optou-se por uma forma mais latinizada da tradução de *qn*], “o soberano valente que ataca terras estrangeiras”,

Ademais, a filiação inventada de Alexandre no RA, que o torna meio-egípcio e (acreditava-se) semidivino (porque mortal), parece explicar mais a necessidade de se retratar uma suposta entronização em Mênfis em razão da expectativa messiânica egípcia acerca do retorno de um rei menfita do que propriamente a alegada historicidade desse evento. Como filho de Amon através de Nectanebo, sendo ao mesmo uma espécie de reencarnação deste, foi alertado de sua morte também por outro faraó. Alexandre precisava ser, obviamente, coroado segundo o costume egípcio, como seu pai africano e seu aliado o foram antes dele.<sup>15</sup> Era preciso estabelecer um sentido de continuidade no RA, e não de ruptura, especialmente se a Alexandria ptolomaica for de fato o local de definição da estrutura básica do texto grego do romance. Trata-se, provavelmente, de um recurso narrativo empregado com esse propósito; a continuidade no RA é literária, não histórica, embora houvesse busca de continuação nas estratégias macedônicas no Egito.

Uma última observação sobre Nectanebo e Alexandre, fora do RA: tem-se evidência da participação pessoal do primeiro no enterro de um Ápis em Saqara, bem como de seu esforço para elevar o status do touro Buquis de Armante ao mesmo patamar do touro Ápis de Mênfis. (LLOYD, 2000, p. 378). Os sacrifícios feitos por Alexandre em Mênfis são provavelmente evidência da persistente relevância do tradicional culto de Ápis para a elite sacerdotal menfita e, ao mesmo tempo, da tentativa de o macedônio se vincular estrategicamente a Nectanebo. O que não procede é o suposto efeito secundário dessa ação específica: alega-se – talvez equivocadamente – que ao sacrificar ao deus Ptah (cujo receptáculo terreno era Ápis), Alexandre procurava se afastar de Cambises. A menos que o registro de Heródoto (*Histórias* 3.29.2) sobre a loucura de Cambises seja aceito, apesar de sua dramaticidade e de verbalizações pouco prováveis por parte do rei, a comparação com Nectanebo representa aqui um limite metodológico a ser respeitado. Em linhas gerais, pode-se ecoar o

---

“o valente” [forma abreviada], “o soberano dos soberanos”, “o intimidador”, BOSCH-PUCHE, 2014a, p. 132-135); seu nome de Nebti ou nome das Duas Damas (“o leão, grande em poder, aquele que toma posse de montanhas, terras e desertos”, BOSCH-PUCHE, 2014a, p. 138-139); seu nome de Hórus de Ouro ou nome de Hor-Nube (“o touro que protege o Egito, o governante do mar e do que o sol circunda” (BOSCH-PUCHE, 2014a, p. 140-141); e seu nome como rei do Alto e do Baixo Egito em sua forma tebana e do restante do Egito (BOSCH-PUCHE, 2014a, p. 142-145).

<sup>15</sup> Deve-se considerar, também, que os persas que governaram o Egito se apropriaram igualmente da “máquina” administrativa existente e da iconografia associada à realeza. Expresso os meus agradecimentos ao parecerista por suscitar essa discussão específica, que deverá ser desenvolvida em estudo posterior. Com efeito, as estratégias políticas para se estabelecer um domínio legítimo em terras estrangeiras implicam, costumeiramente, uma inserção “artificial” do estrangeiro nas antigas tradições locais. Isso é verdade para os persas e Alexandre no Egito, bem como para Alexandre entre os persas na Mesopotâmia.

raciocínio de R.L. Fox (1974 [1973], p 195, 196): Alexandre era o herdeiro de recentes e repetidas rebeliões, bem como o “vingador aclamado da impiedade persa”.

Imbuído do espírito de comparação com Nectanebo, Alexandre decidiu ou foi aconselhado a visitar o oráculo de Amon, situado no oásis de Siuá, em 331. Sendo um dos oásis ocidentais mais remotos do Egito, passou perto de ter seu oráculo destruído sob ordens de Cambises em 525-522, quando um exército de 50.000 homens foi enviado por ele com essa missão. Curiosamente, esse exército desapareceu no deserto – supõe-se que após ter sido engolido por uma tempestade de areia (HERÓDOTO, *Histórias* 3.26). Tal desaparecimento parece ter contribuído para a boa reputação do oráculo, e a visita de um soberano estrangeiro, igualmente inimigo dos persas, resultava em uma série de três confluências importantes: o respeito deste à tradição oracular egípcia; a defesa dos interesses das elites sacerdotais frente à ameaça comum dos persas; e a concretização da expectativa messiânica do retorno do rei.

A respeito desta última, sabe-se que, desde o princípio, a história política da satrapia do Egito não foi livre de revoltas, tendo em Petubastis IV seu primeiro líder<sup>16</sup>. Este, que contou com o apoio de povos do deserto ocidental, foi seguido por outros dois até o fim da dominação persa em 400: 1) no tempo de Dario I, Psamético IV, de cuja revolta concentrada no Alto Egito temos informações graças ao registro em demótico de papiros da região tebana; 2) imediatamente após a morte de Xerxes I (agosto de 465), Inaros, líder de uma rebelião iniciada na porção oeste do delta do Nilo e que rapidamente se espalhou até o deserto ocidental, chegando até mesmo a contar com o apoio da frota ateniense que havia combatido anteriormente em Chipre (AGUT-LABORDÈRE, 2023, p. 747).

Entre Neferites I (399-393), fundador da 29ª dinastia, e Alexandre, hostilidade é documentada no tempo de Hakor (Acoris; 393-380), que se aliou às cidades revoltosas em Chipre e no Levante, além da Lídia e da Cilícia na Ásia Menor; Nectanebo I (379-361), em cujo reinado os egípcios se viram forçados a lutar contra os persas de Farnabazo (durante o reinado de Artaxerxes III); Téos (= Djedhor; 361-359), filho de Nectanebo I e líder de uma grande campanha militar (que contou com o apoio dos espartanos) que tencionava pôr fim à ocupação persa do Levante; o usurpador Nakhthorheb, que após a derrota de Téos retornou ao Egito para assumir o trono (apoiado pelo pai, Tjahapimu, o tio de Téos) como Nectanebo II (359-343). Derrotado finalmente por Artaxerxes no Egito, este refugiou-se primeiro em Mênfis para, em seguida, desaparecer em fuga no Alto Egito e na Núbia (AGUT-LABORDÈRE, 2023, p. 751-752). É esse o Nectanebo que ressurge no RA como pai de Alexandre.

<sup>16</sup> Malgrado o dissenso acadêmico quanto às datas de início e fim do seu reinado, tem-se sugerido o tempo de Cambises (AGUT-LABORDÈRE, 2023, p. 748).

Tem-se, ainda, conhecimento de duas construções egípcias que reforçam a ideia de uma expectativa messiânica derivada dessa longa história de revoltas e hostilidade: em Aghurmi, na região central do oásis, há um templo datado da 26<sup>a</sup> dinastia com registro mural simples retratando Amásis II e o governador de Siuá; um pouco mais ao sul, em Um el-Ubeida, há ruínas de um pequeno templo construído por Nectanebo II, danificado por um terremoto e destruído para uso de seu material rochoso no séc. XIX (WILCKINSON, 2000, p. 234). Em ambos os casos, a visita de Alexandre (presume-se que tenha visitado o primeiro) certamente agregou valor simbólico à ideia de um rei vingador. Um rei legítimo, afinal, deveria agir legitimamente, e Alexandre parece ter aceitado bem esse papel em sua negociação com as elites sacerdotais. Nada disso, no entanto, reitera-se, deve ser tomado como evidência da historicidade de uma entronização formal em Mênfis, embora aponte para sua viabilidade.

Tão importante quanto a estrutura narrativa do RA é o problema da datação e da reconstrução do texto: o trecho grego destacado para a suposta entronização de Alexandre encontra-se, em seu registro mais antigo, em sua recensão Alpha (ou A). Conhecida como *Recensio Vetusta*, agrupa o original perdido preservado no manuscrito gr. 1711 (BNF, Paris), do séc. XI d.C., suplementado e corrigido em estudos modernos por uma tradução armênia (provavelmente do séc. V d.C.) pouco influente no medievo, mas preservada em mais de trinta manuscritos ricamente ilustrados (GERO, 1993, p. 3-4), e pela tradução latina (c. 300 d.C.) de Júlio Valério, intitulada *Res gestae Alexandri Macedonis*. Estima-se que a composição do RA grego tenha se dado em algum momento nos 600 anos situados entre a morte de Alexandre, em 323, e o séc. III d.C., data do hipotético primeiro manuscrito e tradicionalmente aceita como a da elaboração da estrutura básica do texto. Tratava-se, afinal, da época em que se alargou “um interesse considerável na vida dos sábios, homens santos e milagreiros, bem como uma literatura florescente desenvolvida em torno desses assuntos” (STONEMAN, 1991, p. 25; cf. GERO, 1993, p. 4)

Alguns estudiosos, no entanto, entendem que sua composição tenha se dado bastante antes disso, em algum momento difícil de precisar, mas certamente anterior a 180, devido à presença dos seguintes elementos: 1) os contos egípcios, dos quais a história fabulosa de Nectanebo e Alexandre é a evidência mais clara; 2) o debate em Atenas, que já ocorre em Plutarco, tendo como fonte talvez um fragmento de história trágica helenística (FGrH 153 F 8), ainda que a identidade dos dez oradores listados tenha sido inventada no RA; 3) as maravilhas do Oriente, tendo como uma de suas fontes possivelmente Onesícrito, além de outras de difícil identificação, sendo a mais antiga delas um papiro do séc. II; 4) as aventuras fantásticas, cuja relevância reside especialmente na referência ao *Livro de Daniel* no relato de Flávio Josefo sobre a visita de Alexandre a Jerusalém, que esclarece o contexto dessa lenda, certamente

posterior a 180. “Como corolário”, argumenta Stoneman, “a ausência desse episódio na primeira versão aumenta a probabilidade de que ela tenha adquirido essencialmente sua forma atual antes de 180” (STONEMAN, 1991, p. 29-34).

A primeira questão, portanto, é “se a estrutura básica [do RA] já havia sido estabelecida na Alexandria ptolomaica” (STONEMAN, 1991, p. 27) ou se esses elementos são suficientes ou não para datação tão antiga. Os elementos citados por Stoneman certamente merecem mais atenção em estudo posterior. Por ora, tem-se, de um lado, a crítica textual sobre o conjunto de elementos internos e histórias associadas a eles, muitas bem datadas, que sugerem uma antiguidade ptolomaica (séc. III ou os primeiros vinte anos do séc. II); do outro, o contexto de produção literária mais ampla, reveladora de uma orientação literária comum àquela época. Nesse caso, a literatura do séc. III d.C. emerge como realidade mais coerente para o surgimento de uma história fantástica sobre a vida de Alexandre, comparável à de um homem sábio, santo, que opera milagres ou realiza feitos extraordinários.

Se a antiguidade ptolomaica da estrutura básica do texto do RA for tomada como plausível, deve-se ainda ter clareza acerca da dificuldade de se estabelecer suas fontes. Seu emprego como fonte para os eventos da vida de Alexandre, portanto, é ainda assim suscetível a muitas imprecisões. Mesmo Stoneman reconhece os limites da sua abordagem: “É, claro, impossível afirmar que o RA (...) date desse período. Muito do material que claramente foi adicionado mais tarde – notadamente o da tradição judaica – certamente começou a circular nessa época” (STONEMAN, 1991, p. 39). Assim, além da dificuldade na separação entre histórias fantásticas e histórias plausíveis (das quais a suposta entronização constituiria um exemplo, não fosse o completo silêncio das demais fontes), acrescentam-se à lista os problemas com a procedência do que foi relatado sobre realidades passadas.

Cientes da polêmica em torno da reconstrução de um texto grego do RA, bem como de suas interpolações helenísticas, tardo-antigas e medievais, mas otimistas com a possibilidade de restabelecê-lo como fonte histórica para eventos da vida de Alexandre, pesquisadores frequentemente retomam a ideia da suposta entronização em Mênfis como evento histórico (NAWOTKA, 2010, p. 202-204; BOWDEN, 2014, p. 156-157; NAWOTKA, 2017, p. 112-114). Em seu comentário sobre o capítulo 34 do primeiro livro do RA (especificamente o trecho grego supracitado: ἐνεθρόνιζον αὐτὸν (...) ἐστόλιζον ὡς Αἰγύπτιον βασιλέα), Nawotka afirma o seguinte:

*Esta é a única evidência [literária] a mencionar diretamente a coroação egípcia de Alexandre. A questão da historicidade da coroação faraônica de Alexandre tem sido muito debatida na literatura acadêmica moderna, com algumas vozes influentes rejeitando-a como supostamente incompatível com a natureza impetuosa de Alexandre (...). A evidência egípcia, no entanto, corrige esse ceticismo indevido: ao contrário de muitos faraós do período tardio, Alexandre é conhecido por usar todos os cinco nomes reais egípcios, e o que encerra esta parte da discussão é uma inscrição*

publicada recentemente com todos os cinco nomes faraônicos de Alexandre (...). O programa de construção de Alexandre no Egito, sua política religiosa e sua busca consciente para trilhar os passos dos reis da 30ª dinastia não deixam dúvidas de que ele não mediu esforços para ser aceito como um faraó legítimo (...). A evidência corroborativa fala, portanto, da historicidade da coroação/entronização faraônica de Alexandre (NAWOTKA, 2017, p. 112-114).

Sete anos antes, em uma biografia de Alexandre, o mesmo Nawotka afirmou de maneira mais elaborada que o relato de RA “é vago e obscuro, mas geralmente bem informado sobre os assuntos egípcios” (NAWOTKA, 2010, p. 202). Dessa constatação deduz, ainda, o seguinte:

Sabemos que a cerimônia de coroação egípcia era longa e tediosa, o que, na opinião dos cétricos historiadores modernos, não teria agradado a um Alexandre impaciente. Portanto, eles acreditam que ele [Alexandre] só teria concordado em se envolver com o mínimo de atividades de culto que se esperaria de um governante estrangeiro e em manter a casta religiosa feliz. É fácil perceber que tal argumentação, por um lado, se baseia em uma compreensão subjetiva da personalidade de Alexandre e, por outro, também no fato de que as principais fontes se mantêm omissas sobre todo o assunto. (...) Qualquer opinião sobre se Alexandre foi ou não genuinamente coroado como faraó permanecerá hipotética. No entanto, uma premissa para uma opinião pode ser formada examinando a política de Alexandre em relação à tradição, cultura e religião do Egito, e como ela foi recebida pelo sacerdócio egípcio, bastante educado e posicionado para apreciar as nuances do governo do soberano. (...) A política de Alexandre de respeitar a sensibilidade religiosa egípcia não prova que ele foi realmente coroado faraó do Egito, mas torna isso plausível. O Romance de Alexandre fornece a descrição de uma coroação de faraó evidentemente genuína (NAWOTKA, 2010, p. 202-205).

Da lista de historiadores que abertamente a defendem como evento histórico, Peter Green é o mais escandaloso:

Então, em 14 de novembro de 332, o jovem Alexandre foi solenemente empossado como faraó. Eles colocaram a coroa dupla em sua cabeça, bem como o cajado e o mangual em suas mãos. Ele se tornou simultaneamente deus e rei, encarnação e filho de Ra e Osíris; ele era Hórus, o Magnífico, o poderoso príncipe, amado de Amon, Rei do Alto e do Baixo Egito (GREEN, 1991 [1974], p. 269).

Hugh Bowden propôs (na direção contrária de Burstein), recentemente e de modo mais comedido, que a relutância dos historiadores do tempo de Alexandre em relatar a suposta entronização se deveu à estrutura narrativa das suas histórias, que retratavam um rei gradualmente corrompido pelo Oriente. Uma coroação tão precoce, portanto, assim como no caso da Babilônia e de Susa (onde teve sua autoridade monárquica reconhecida pelas elites locais, embora nada seja mencionado com relação a eventos de entronização nos relatos antigos), simplesmente enfraqueceria o desenvolvimento das suas histórias (BOWDEN, 2014, p. 156-157).

Ora, não apenas essa hipótese reduz as histórias perdidas (de Calístenes, Onesícrito, Aristobulo, Ptolomeu e Clitarco) a produtos literários de um mesmo tipo, como também continua a tomar evidências incompletas como suficientes para a entronização em Mênfis ou na Babilônia. Sendo a obra de Calístenes (a mais antiga delas) estimada como mais uma biografia encomiástica do que uma história propriamente dita, que representava Alexandre como a um deus e tratava os eventos de maneira sensacionalista e melodramática (FGrH 124 T 20, 21; F 14a; cf. PEARSON, 1960, p. 33), cabe perguntar: por que a suposta entronização (que o concederia status divino) teria sido excluída, se serviria muito bem ao propósito da obra? Para que essa hipótese faça sentido, ainda, deve-se presumir que os festivais artísticos e atléticos em Mênfis (em sua segunda estadia), sem qualquer descrição em Arriano que aponte para uma solenidade de coroação, ou mesmo que as embaixadas recebidas por Alexandre nessa cidade, ou ainda sua viagem de barco rio acima registrada em Quinto Cúrcio, sejam tomados conjuntamente como indícios suficientes da suposta entronização.

Aqui, propõe-se um ajuste à interpretação dos historiadores cétricos quanto à historicidade do evento (BURSTEIN, 1991; BOSWORTH, 1995 [1988], p. 70-71; BADIAN, 1985, p. 433; STEWART, 1993, p. 174). Primeiro, uma retificação essencial ligada à história militar: não se deve resumir o pouco tempo que os macedônios passaram no Egito à impaciência de seu rei, tampouco à impetuosidade deste. Tudo isso é simplesmente impossível de se mensurar, a menos que se deseje retornar a uma “história dos varões ilustres”. Contudo, havia duas questões militares urgentes a resolver: uma revolta de inverno (331) em Samaria (BOSWORTH, 1995 [1988], p. 74, 233) e o estágio em que estava o conflito contra os persas.

Entre setembro e outubro de 332, não muito antes da chegada dos macedônios no Egito, os persas haviam oferecido forte resistência armada em Gaza por meio de um destacamento mercenário árabe que conseguiu até mesmo ferir Alexandre (ARRIANO, *Anábase* 2.26.1-27.2-3). A situação dos macedônios ali suscita pelo menos três questões na análise das fontes antigas<sup>17</sup>, sendo a última a mais relevante delas para o meu argumento.

A primeira é a função de Batis, comandante persa em Gaza. Alvo de disputa acadêmica, varia nos relatos helenístico-romanos do eunuco de Arriano que se apo-

<sup>17</sup> Além da intrigante diferença, nas fontes antigas, a respeito do objeto que feriu Alexandre (cf. Quinto Cúrcio, 4.6.17; Plutarco, *Alex.* 25.8), do relato de uma tentativa de assassinato envolvendo um suposto desertor árabe (FGrH 142 F 5) e da situação da cidade de Gaza após o cerco macedônico (Estrabão, 16.2.30 contra Diodoro Sículo, 19.59.2 e 19.80.5, que trata no primeiro trecho da resistência dos habitantes de Gaza em 315 frente à nova ameaça macedônica liderada por Antígono) (BOSWORTH, 1998 [1980] p. 259-260).

derara da cidade e do *hēgemōn* de Dionísio de Halicarnasso (*De comp. verb.* 18, que cita Hegesias de Magnésia, FGrH 142 = JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 529-531) ao leal comandante da cidade ou mero chefe de guarnição persa de Quinto Cúrcio (4.6.7) e Flávio Josefo (*Ant. Iud.* 11.8.3), respectivamente (BOSWORTH, 1998 [1980] p. 257-258). A segunda diz respeito à menção ao supracitado destacamento mercenário árabe. Em nenhuma outra fonte, mercenários árabes são mencionados, embora Antíoco III tenha sido capaz de recrutar na região, segundo Políbio (*Histórias* 5.79.8 e 5.82.12), dez mil árabes 115 anos depois por ocasião da batalha de Ráfia, cidade palestina situada no sul da Faixa de Gaza (BOSWORTH, 1998 [1980] p. 258).

A terceira questão é a datação de uma mudança estratégica de Dario frente à negativa macedônica para um acordo diplomático que definiria a fronteira do Eufrates: “quando Dario recebeu essa resposta, cancelou todas as propostas feitas a Alexandre e começou a se preparar mais uma vez para o conflito”<sup>18</sup> (ARRIANO, *Anábasis* 2.25.3). Arriano parece ter-se equivocado quanto ao momento exato dessa tentativa frustrada do Grande Rei: a data mais provável é 331, pouco antes da batalha decisiva de Gaugamela (ao primeiro dia de outubro daquele ano) e após a estadia macedônica no Egito. A isso adiciona-se a confusão de Quinto Cúrcio, que lista uma série de tratados diferentes à época do cerco de Tiro, e o texto de Plutarco, que situa a tentativa persa em 331, durante o segundo cerco de Tiro no início daquele ano. Como resumiu Bosworth, “dispensar a tradição vulgar [...] envolve uma hipótese intrincada de invenção para efeito dramático”, ao passo que “dispensar a versão de Arriano pressupõe alguma confusão nas fontes”. É nesta que ele aposta, indicando uma saída engenhosa: “possivelmente Arriano encontrou uma nota em Ptolomeu sobre ofertas de Dario em Tiro, cruzou-a com o texto de Aristobulo em busca de detalhes e concluiu que estavam [as ofertas persas] no lugar errado”. Em suma, Ptolomeu e Aristobulo teriam se referido a embaixadas diferentes (BOSWORTH, 1998 [1980], p. 254).

Tendo ocorrido em 332 ou nos primeiros nove meses de 331, a decisão dos persas de retomar os preparativos para uma batalha decisiva indica que a guerra estava muito perto de atingir o seu clímax. Garantir o apoio do Egito por parte dos macedônios, portanto, significava controlar o Levante, ao mesmo tempo que conceder tempo excessivo a Dario (que parecia oscilar entre a guerra e a diplomacia) constituiria erro estratégico primário. Além da possibilidade de o Grande Rei mobilizar mais recursos de um vasto império se mais tempo lhe fosse dado, é importante notar a então recente história da bem-sucedida invasão persa do Egito. Por isso pode-se presumir que parte do exército de Alexandre permanecera em Gaza durante a

<sup>18</sup> ταῦτα ὡς ἤκουσε Δαρεῖος, τὰς μὲν ξυμβάσεις ἀπέγνω τὰς πρὸς Ἀλέξανδρον, ἐν παρασκευῇ δὲ τοῦ πολέμου αὐθις ἦν. Versão em português a partir da tradução inglesa de E. Iliff Robson (1947 [1929], p. 215).

estadia macedônica na terra dos faraós, possivelmente sob o comando de Parmênio (que não é citado pelas fontes em seus relatos sobre o Egito).

Um reino, mesmo o egípcio, não poderia fazer frente a um império como o persa. Assim, “a impaciência e a impetuosidade” de Alexandre não precisam ser observadas a partir de um critério subjetivo, ainda que os relatos antigos eventualmente se esforcem para desenhar traços da personalidade do rei. Antes de cairmos em uma armadilha de interpretação psicológica, deve-se recordar de que a estadia macedônica no Egito se deu em meio a uma expedição militar. O tempo, de fato, urgia, não porque o jovem conquistador fosse impaciente (isso simplesmente não é mensurável a partir de textos antigos), mas devido à premência da situação na Fenícia (ainda sem sátrapa), na Síria. Lá, preparativos estavam em curso para a marcha do exército (ARRIANO, *Anábase* 3.6.8).

Isso posto, pode-se sistematizar meu posicionamento a partir de duas constatações fundamentais: 1) o momento em que Alexandre visitou Mênfis e as condições dessa estadia, somados ao silêncio absoluto das fontes helenístico-romanas, a exceção do RA (supondo que seja, de fato, cronologicamente helenístico), mantêm a suposta entronização como especulação pouco plausível; 2) ao mesmo tempo, as evidências antigas sinalizam a convergência do que parece ser uma estratégia consistente do rei para se adequar à tradição monárquica egípcia (como em BOSCH-PUCHE, 2013, p. 131-154; BOSCH-PUCHE, 2014a, p. 89-109) e o esforço, por parte da elite sacerdotal local, para a concretização de sua expectativa messiânica desde o desaparecimento de Nectanebo. Assim, o que sabemos dessa interação aponta para a possibilidade de uma cerimônia de entronização como uma consequência viável, mas provavelmente não histórica. Tanto o silêncio (difícilmente resultado de pura omissão) dos relatos helenístico-romanos quanto o período da estadia dos macedônios nessa capital religiosa parecem indicar que a solenidade nunca tenha, de fato, ocorrido. Por fim, não se deve negligenciar que interpretações sobre o conjunto das evidências egípcias não apontam consensualmente para o mesmo resultado, isto é, a dedução de que títulos reais (mesmo que os cinco títulos da nomenclatura faraônica) impliquem necessariamente uma entronização formal.

Em seguida, passo ao desenvolvimento da discussão específica sobre a inexistência de data auspiciosa para a entronização de Alexandre em Mênfis e sobre o silêncio das fontes helenístico-romanas a respeito desse suposto evento histórico. Compreender os relatos sobre a estadia macedônica no Egito significa, no limite, corroborar o seu silêncio no universo de informações específicas fornecidas pelos fragmentos de historiadores gregos que relataram o que se passou nesse reino africano entre 332 e 331.

## ***Beyond pseudo-Calístenes: a suposta entronização em Mênfis entre datas não auspiciosas e o silêncio das fontes helenístico-romanas***

Em 1958, o egiptólogo H.W. Fairman afirmou que um número significativo de reis egípcios chegou ao poder pelo que chamou de “operação normal da ordem de sucessão de pai para filho”. Quando, no entanto, essa ordem não podia ser cumprida, complementa, recorria-se à “invenção de dispositivos especiais”, como no caso da ascensão assegurada por um oráculo (FAIRMAN, 1958, p. 77). O exemplo fornecido por ele é o de Tutemés, sexto faraó da 18ª dinastia, mas no que diz respeito apenas à ascensão de um rei, ou *ao reconhecimento de um indivíduo pelas elites sacerdotais egípcias como governante legítimo*, podia ser também o de Alexandre III.

Reconhecida sua sacralidade faraônica por meio do oráculo de Amon, é fundamental que se proceda aqui a uma distinção relevante, de maneira que se busque uma solução plausível para o caso em tela: no Egito Antigo, ainda segundo Fairman, o evento da ascensão, que ocorria logo após a morte do rei anterior, diferia do evento da coroação, cerimônia que simbolizava a entronização do novo rei<sup>19</sup>. Enquanto a primeira era imediata e podia repousar tão somente em uma confirmação oracular, a segunda ocorria “após um período de duração variável, em parte para permitir os preparativos necessários, mas ainda mais para selecionar o dia auspicioso” (FAIRMAN, 1958, p. 78). A razão é simples, e a resumiu bem Winnerman em seu capítulo sobre a realeza divina e o *ka* real: no evento da coroação, assim como no caso de outras cerimônias (casamentos reais, procissões militares ou o simples caminhar num palácio suntuoso), “o poder dos governantes [deve ser] sempre projetado, pelo menos até certo ponto, no reino do extraordinário, do imaginário, do sobre-humano ou mesmo do divino” (WINNERMAN, 2023, p. 40).<sup>20</sup> Para o cumprimento do protocolo da coroação, então, uma data adequada precisava ser cuidadosamente escolhida pelos sacerdotes, estima-se que o início de um dos momentos decisivos

---

<sup>19</sup> O ideal faraônico (*agir legitimamente para ser um faraó legítimo*) foi resumido por Lloyd em seu capítulo sobre a Época Baixa para a História Oxford do Egito (LLOYD, 2000, p. 369-371). Segundo Lloyd, um dos itens primordiais para a legitimidade de um faraó era sua ascensão como Hórus, campeão da ordem cósmica e vingador dos egípcios contra forças do caos, que por vezes são identificadas historicamente com poderes estrangeiros. Presumir a entronização de Alexandre a partir disso é, da mesma forma, um salto especulativo.

<sup>20</sup> Ainda segundo Winnerman, “o rei mortal adquiria [segundo uma teoria previamente citada por ele] este *ka* real pela primeira vez durante sua coroação, mas sua posse também precisava ser renovada durante o festival de Opet, de modo a legitimar sua existência continuada no trono”. De maneira complementar, após a morte de um faraó, “o *ka* real deveria teoricamente ter deixado o falecido rei e ser transferido para o seu sucessor durante a coroação” (WINNERMAN, 2023, p. 42).

no calendário egípcio, idealmente o festival do ano novo, em junho, ou o início do quinto mês do calendário egípcio, outubro (BOWDEN, 2014, p. 156; cf. FAIRMAN, 1958, p. 78, que inclui, além da coroação, o respectivo jubileu ou festival Heb-Sed).

Historiadores modernos e comentadores das fontes helenístico-romanas sobre Alexandre não apresentam as mesmas datas para a primeira visita do rei a Mênfis (a segunda é consensualmente datada de abril de 331). Aqui, duas datas prováveis são consideradas: a sugerida por Hamilton (1969, p. 67), em seu comentário sobre Plutarco (*Vida de Alexandre*), e Green (1991 [1974], p. 269); e a sugerida por Nawotka (2010, p. 202). Os primeiros sugerem, com dúvida, 14 de novembro de 332; o último, mais genericamente, dezembro de 332. Em ambos os casos, as datas são distantes das possibilidades de datas consideradas auspiciosas e sugerem uma entronização anterior à confirmação oracular, a menos que se considere, engenhosamente, uma entronização parcelada em duas etapas (332 e 331).

Diante disso, o historiador tem à sua disposição as seguintes hipóteses: 1) a cronologia para a estadia de Alexandre em Mênfis está equivocada ou é impossível de se precisar, de maneira que as implicações resultantes do mês da sua suposta entronização nessa capital religiosa egípcia não constituem um problema a ser resolvido; 2) a escolha de data auspiciosa foi ignorada em face da emergência militar persa, podendo ter a cerimônia sido até mesmo abreviada em data não auspiciosa (ANSON, 2013, p. 105, 123 alude à possível simplificação); 3) a declaração do oráculo de Amon momentaneamente bastou para macedônios e egípcios, configurando-se, assim, uma ascensão especial (via confirmação oracular) sem oportunidade de entronização. Isso significa que a solenidade poderia se concretizar, reitera-se, oportunamente, mas não constituía um impeditivo para a atribuição de protocolo onomástico completo a Alexandre como estratégia de reconhecimento da elite sacerdotal menfita.

A primeira hipótese, além de contradizer sem fundamento as datas estabelecidas como prováveis (apesar de polêmicas) pela historiografia, não representa avanço à questão em torno da suposta historicidade de um evento de entronização em Mênfis. Da mesma forma, a segunda, embora reconheça o peso da emergência militar para uma ação tempestiva, continua a tratar a entronização como histórica. A solução do rito abreviado parece, igualmente, um engenhoso atalho moderno para contornar o silêncio das fontes helenístico-romanas, a exceção do RA, partindo ainda da premissa de que o emprego de títulos reais egípcios (o número total é inexpressivo para o argumento) pelas suas elites sacerdotais atesta necessariamente entronização formal. A terceira hipótese, portanto, é a mais viável das três porque admite a continuidade político-religiosa almejada por Alexandre, o seu reconhecimento pela elite sacerdotal menfita (a concretização da referida expectativa messiâ-

nica) e uma orientação prática da mesma em face da emergência militar persa, além de não negligenciar o silêncio das principais fontes helenístico-romanas.

Outra questão fundamental para este estudo é a compreensão desse silêncio por meio da análise dos relatos sobre o que se passou no Egito, buscando identificar as fontes primárias das principais fontes helenístico-romanas. As últimas são: Diodoro Sículo, *Biblioteca Histórica* = Diod. Sic., no principado de Augusto; Quinto Cúrcio Rufo, *História de Alexandre* = Curt., no principado de Vespasiano; Plutarco, *Vida de Alexandre* = Plut. Alex., Arriano, *Anábise* = Arr. Anab. e Justino, *Epítome de Pompeu Trogo* = Just., todos do séc. II EC (WILCKEN, 1933 [1922], p. 11-12). É também relevante o relato de Estrabão, *Geografia* = Strab. Para a análise dos seus relatos, propõe-se partir do estado geral dos fragmentos das histórias perdidas de Alexandre, situando a posição privilegiada dos escritores das últimas para a reconstrução da vida do rei.

Dessa tradição perdida, temos conhecimento da utilização tardia de seis historiadores principais: Calístenes de Olinto (FGrH 124 = JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 411-432); Onesícrito de Astipaleia (FGrH 134 = JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 468-480); Nearco de Creta (FGrH 133 = JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 445-468); Aristobulo (FGrH 139 = JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 508-525); Ptolomeu (FGrH 138 = JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 498-508); e Clitarco (FGrH 137 = JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 484-498). Deses<sup>21</sup>, são referenciados ou parecem ter exercido influência na construção dos relatos posteriores sobre o Egito: Calístenes, Onesícrito, Aristobulo, Ptolomeu e Clitarco.

---

<sup>21</sup> Há, também, outras fontes de menor relevância (provavelmente anedóticas e de qualidade literária questionável) para os escritores tardios, omitidas da lista de fontes principais por esta razão. Destas, as seguintes são discutidas por Pearson (1960, p. 50-82) no conjunto de um único capítulo: Cares de Mitilene, FGrH 125 (PEARSON, 1960, p. 50-61); Éfipo de Olinto, FGrH 126 (PEARSON, 1960, p. 61-67); Nicobule (Jacoby pressupõe que fosse um homem com pseudônimo de uma mulher), FGrH 127 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 440; PEARSON, 1960, p. 67-68); Medeio de Larissa, FGrH 129 (PEARSON, 1960, p. 68-70); Policlito de Larissa, FGrH 128 (PEARSON, 1960, p. 70-77); e a polêmica “fonte dos mercenários”, um “escritor de poesia inferior” (literalmente, um *poetaster* entre muitos outros, totalmente desconhecidos ainda que prováveis) que aparentemente integrava as fileiras de mercenários gregos a serviço de Dario e sobre quem nada se sabe a exceção das especulações de Tarn em torno de sua reminiscência (através de outro escritor tardio) em Diodoro Sículo e Quinto Cúrcio (TARN, 1948, p. 55-62; cf. PEARSON, 1960, p. 78-82). Pearson exclui ou trata apenas de passagem outros 25 fragmentos de menor relevância, alguns agrupados por tipo em Jacoby (a exemplo dos bematistas, ou especialistas treinados para medir distâncias contando seus passos), razão pela qual serão fornecidas apenas as referências aos fragmentos: FGrH 116 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 403); FGrH 117 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 403-406); FGrH 118 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 406); FGrH 119-123, os bematistas supracitados (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 406-411); FGrH 130 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 442); FGrH 131 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 443-444; cf. PEARSON, 1960, p. 250); FGrH 132 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 444-445); FGrH 135 e 136 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 480-482); FGrH 140 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 525-528); FGrH 141 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 528-529); FGrH 142 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 529-531); FGrH 143 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 531); FGrH 144 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 531); FGrH 145 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 532); FGrH 146

Calístenes era, além de aparentado de Aristóteles, historiador de corte de Alexandre até ser executado por ordens deste em razão de uma contenda trágica sobre a *proskynesis*, ou genuflexão (WILCKEN, 1933 [1922], p. 176-177)<sup>22</sup>. Tornou-se conhecido também pelo seguinte: 1) um relato perdido dos vencedores dos Jogos Píticos (FGrH 124 T 23); 2) um estudo da guerra entre a anfictionia de Delfos e a cidade de Cirra, c. 600; 3) um tributo ao tirano de Atarneu e Asos, Hérmiás, executado pelos persas (FGrH 124 F 2); 4) uma seleção de aforismas (FGrH 124 F 4), em tese idêntica ou que incluía sua *Reminiscências de Estratônico* (FGrH 124 F 5); 5) um registro de portos e pontos geográficos costeiros, com as distâncias aproximadas entre eles, provavelmente do Mar Negro (FGrH 124 F 67, talvez também FGrH 124 F 39 e FGrH 124 F 40); 6) uma história grega, em dez livros, cobrindo o período entre 387 e 357 (FGrH 124 F 8-13 e FGrH 124 F 15-27); 7) um comentário sobre o catálogo de navios na *Iliada*, no qual propõe a inclusão de dois versos de sua autoria (FGrH 124 F 53); e 8) o que constituiu o seu relato da expedição asiática de Alexandre, intitulado *Praxeis Alexandrou*, possivelmente cobrindo o período até 329 (FGrH 124 F 14<sup>a</sup> e FGrH 124 F 14b: 28-38; cf. MILNS, 2005, p. 233). Calístenes foi o historiador que mais influenciou os textos tardios (PEARSON, 1960, p. viii), e por isso foi, há cem anos, chamado de “historiador original de Alexandre” por William Prentice (1923, p. 74).

Onesícrito, escritor do entourage de Alexandre e um dos capitães da frota macedônica. (WILCKEN, 1933 [1922], p. 186, 206), escreveu uma história perdida que parece ter seguido, conforme sugeriu Pearson, a *Anabasis* (e não a *Cyropaedeia*) de Xenofonte como modelo, uma vez que inclui também “descrições de costumes locais, história natural e excelente caracterização” (PEARSON, 1960, p. ix; cf. p. 18). Onesícrito, afinal, assim como Xenofonte, acompanhou um rei em sua expedição: o último viajou com Ciro; o primeiro, com Alexandre. Pensa-se que fosse um filó-

---

(JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 532-533); FGrH 147 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 533); FGrH 148 = P.Oxy. XV 1798 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 533-536); FGrH 149; (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 536); FGrH 150 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 536); FGrH 151 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 537-539); FGrH 152 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 540); FGrH 153 (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 540-542). O chamado “Diário Real”, ou *Efemérides* (FGrH 117), alvo de muita polêmica e o vigésimo sexto fragmento não discutido detalhadamente por Pearson, foi até mesmo considerado uma produção literária helenística, nas suas próprias palavras (que cita em seu livro, estudo anterior, de 1955), “a fake or fictitious diary” (PEARSON, 1960 p. 260; cf. PEARSON, 1955, p. 429-455; cf. ANSON, 1996, p. 501 para um balanço historiográfico de Wilcken a Pearson). Mesmo se não for este o caso (supondo-se que o documento date mesmo do reinado de Alexandre III, após a morte do sátrapa Besso, como parte da introdução de costumes persas por Alexandre; cf. ANSON, 1996, p. 504), o fragmento organizado por Jacoby cobre apenas as atividades do rei nos dias anteriores à sua morte, não tendo, portanto, relevância para o escopo deste artigo.

<sup>22</sup> Discussão teórica relevante sobre o decoro como respeito às normais morais da sociedade egípcia foi feito por John Baines (2023) e pode aclarar (especialmente p. 80-88), por analogia e associação com a cultura mesopotâmica, a questão da genuflexão entre macedônios no Império Persa.

sofo, provavelmente um cínico ou pupilo de Diógenes (PEARSON, 1960, p. 85-86), mas nenhum traço dessa educação é destacado por escritores tardios. Estrabão (por exemplo: *Geografia*, 15.1.28 = FGrH 134 T 11; cf. Aulo Gélcio, *Noites Áticas* 9.4 = FGrH 134 T 12 e Luciano de Samósata, *Como se escreve a história* 40 = FGrH 134 T 7), na verdade, acusa-o precisamente do oposto (PEARSON, 1960, p. 5-6; cf. p. 85-86). De um cínico, esperava-se aversão à adulação ou ao servilismo. Ironicamente, ele é a única fonte para escritores como Estrabão em diversas ocasiões, como na sua descrição da figueira-de-bengala (*figus bengalensis*) (Estrabão, *Geografia* 15.21-24; cf. PEARSON, 1960, p. 100-102). Onesícrito seria, ainda, o responsável por destacar o suposto interesse filosófico de Alexandre, contrastando com Ptolomeu, que destacou seu gênio militar (PEARSON, 1960, p. 3; cf. p. 88).

Aristobulo era um não combatente de origem incerta, talvez técnico, arquiteto, engenheiro ou explorador, historiador de tendência apologética de cuja obra não se conhece o escopo (JACOBY, 1962 [1926-1930], p. 508), que se estabeleceu em Casandreia, na Macedônia, após sua fundação em 316 (PEARSON, 1960, p. 151). Embora Arriano não o caracterize como bajulador, teve caracterização oposta em um texto de autoria anônima sobre retórica (FGrH 139 T 5) e em Luciano de Samósata (*Como se escreve a história* 12 = FGrH T 4). Pearson entende que isso possa ser devido ao fato de não ter demonstrado a hostilidade que filósofos deveriam demonstrar com relação aos tiranos (PEARSON, 1960, p. 150-151). Como não combatente, foi encarregado de atividades relevantes de outra natureza: a recuperação da tumba de Ciro em Pasárgadas (FGrH 139 F 51); e medidas técnicas associadas ao controle de problemas resultantes de uma cheia do rio Indo (FGrH 139 F 35) (PEARSON, 1960, p. 151).

Ptolomeu, filho de Lago e, mais tarde, rei no Egito, escreveu sua história com base em suas próprias anotações e, possivelmente, no que parece ser um tipo de relato cotidiano da expedição, parte de uma tradição literária macedônica que pode remontar a Alexandre I e de provável autoria de Eumenes de Cárdia e do desconhecido Diodoto de Eritreia (ANSON, 1996, p. 501). Considerado por muitos dos predecessores de Pearson como a fonte mais confiável sobre Alexandre (provavelmente porque evitava discussões sobre a personalidade do rei e se contentava com detalhes observáveis), teve sua inabalável confiabilidade questionada por Pearson, ainda que apresentasse “algumas das qualidades de um Xenofonte, valendo-se mais de sua memória do que de sua imaginação ou de sua capacidade de análise”. Sua principal limitação é que, sendo um admirável historiador militar, não se revelou “de modo algum um grande historiador político que pudesse suplantar inteiramente seus predecessores” (PEARSON, 1960, p. viii).

De todos eles, portanto, Calístenes é o mais relevante para a questão suscitada neste artigo, ainda que o silêncio dos demais corrobore, de certa forma (vide infra),

o seu próprio. Partindo desses fragmentos, o que se passou no Egito foi registrado pelas supracitadas fontes helenístico-romanas.

De maneira sistemática, tem-se o seguinte (excluiu-se Just. 11.11 pelo fato de o seu relato conter informações muito similares às de Diod. Sic. e Curt., ainda que mais pobremente apresentadas):

## Quadro 1

| Fonte<br>(ordem não cronológica)   | Sequência de eventos referentes à estadia macedônica no Egito   | Fragmentos de historiadores gregos relevantes para este estudo (desde c. 285)  |
|------------------------------------|---|--|
| <p>Arr. <i>Anab.</i><br/>3.1-4</p> | <p><b>3.1:</b><br/>                     a) Alexandre move-se de Gaza para Pelúsiu (atual Tell el-Farama), onde é recebido por Mazaces, o sátrapa persa, e deixa uma guarnição;<br/>                     b) oficiais são enviados para Mênfis. Alexandre dirige-se a Heliópolis, com o Nilo à sua direita. Chegada em Heliópolis após obter a rendição dos habitantes no caminho e cruzar o deserto;<br/>                     c) de Heliópolis, Alexandre atravessa o Nilo e se dirige a Mênfis. Lá, realiza sacrifícios em nome de Ápis e de todos os outros deuses. Realiza, também, uma competição atlética e artística de difícil definição;<br/>                     d) de Mênfis, navega rio abaixo e, acompanhado de uma seleção de suas tropas (incluindo a Cavalaria dos Companheiros), desembarca na área onde decide fundar Alexandria. O plano da cidade é traçado, incluindo a indicação da construção de templos dos deuses gregos e de Ísis. Sacrifícios são feitos; os presságios são bons.</p> <p><b>3.2:</b><br/>                     a) relato anedótico sobre a delimitação dos muros da cidade. Um adivinho é destacado: Aristandro de Telmessos, que teria profetizado sua prosperidade.</p> <p><b>3.3:</b><br/>                     a) Alexandre é tomado por um desejo de visitar o oráculo de Amon, na Líbia. Menção a visitas progressas por parte de Perseu e Hércules. Vinculação propagandística de Alexandre com Amon, da mesma forma que, nos mitos, seus rivais Perseu e Hércules tiveram suas origens traçadas até Zeus. O rei desejava saber mais sobre si, ou pelo menos assim afirmara;<br/>                     b) embarcou, segundo Aristobulo, em uma jornada de 321 quilômetros até Paretônio, em caminho preponderantemente desértico. De</p> | <p>A) Calístenes (FGrH 124 F 13, F 14a, F 14b, F 15) por meio de Aristobulo e Ptolomeu.</p> <p>Trata-se do relato mais antigo sobre a visita ao oráculo de Amon. Todos os demais derivam (ao menos parcialmente) deste, incluindo muito provavelmente parte significativa das informações presentes nas fontes de Arr. <i>Anab.</i></p> <p>São particularmente relevantes: Plut. <i>Alex.</i> 27.4 (F 14b) e Strab. 17.1.43 (F 14a, que descreve, como em Arr. 3.3, citando nominalmente Calístenes, o desejo de Alexandre de visitar o oráculo, a tentativa de rivalizar com Perseu e Hércules, a chuva comum a todos os relatos e os corvos-guia): ὁ γοῦν Καλλιस्थένης φησὶ τὸν Ἀλέξανδρον φιλοδοξῆσαι μάλιστα ἀνελεῖν ἐπὶ τὸ χρηστήριον, ἐπειδὴ καὶ Περσέα ἤκουσε πρότερον ἀναβῆναι καὶ Ἡρακλέα: ὀρμήσαντα δ' ἐκ Παιραιτωνίου καίπερ νόταν ἐπιτεσσόντων βιάσασθαι, πλανώμενον δ' ὑπὸ τοῦ κονιορτοῦ σωθῆναι γενομένων ὀμβρῶν καὶ δυσὶν κοράκων ἠησημένων τὴν ὁδόν (...).</p> <p>B) Aristobulo (FGrH 139 F 13-15). São relevantes, também, F 9 e F 28.</p> <p>Arr. 3.3.3: μέχρι μὲν δὴ Παιραιτωνίου παρὰ θάλασσαν ἦει δι' ἐρήμου, οὐ μὲντοι δι' ἀνύδρου τῆς χώρας, σταδίου ἐς χιλίου καὶ ἑξακοσίου, ὡς λέγει Ἀριστόβουλος, ἐντεῦθεν δὲ ἐς τὴν μεσόγαιαν ἐτρέπετο, ἵνα τὸ μαντεῖον ἦν τοῦ Ἄμμωνος· ἔστι δὲ ἐρήμη τε ἡ ὁδὸς καὶ ψάμμος ἢ πολλὴ αὐτῆς καὶ ἀνύδρος.</p> <p>Arr. 3.3.6: Ἀριστόβουλος δὲ, καὶ ὁ πλείων λόγος ταύτη κατέχει, κόρακας δύο προπετοιμένους πρὸ τῆς στρατιάς, τούτους γενέσθαι Ἀλεξάνδρῳ τοὺς ἠγεμόνας.</p> <p>Aristobulo é também conhecido de Arr. em outras passagens: F 7a = Arr. <i>Anab.</i> 2.3.1-8; F 8 = Arr. <i>Anab.</i> 2.4.7; F 9c = Arr. <i>Anab.</i> 2.5.2-4; F 10 = Arr. <i>Anab.</i> 2.12.3-6; F 17 = Arr. <i>Anab.</i> 3.11.3; F 21 = Arr. <i>Anab.</i> 7.13.2-3, Plut. <i>Alex.</i> 46; F 22 = Arr. <i>Anab.</i> 3.26.1; F 23 = Arr. <i>Anab.</i> 3.28.5-7; F 24 = Arr. <i>Anab.</i> 3.30.5; F 25 = Arr. <i>Anab.</i> 3.30.7; F 26 = Arr. <i>Anab.</i> 4.3.5; F 27 = Arr. <i>Anab.</i> 4.6.1-2; F 28 = Arr. <i>Anab.</i> 4.6.6, Strab. 11.11.5; F 29 = Arr. <i>Anab.</i> 4.8.9; F 30 = Arr. <i>Anab.</i> 4.13.5; F 31 = Arr. <i>Anab.</i> 4.14.1; F 34 = Arr. <i>Anab.</i> 5.7.1; F 43 = Arr. <i>Anab.</i> 5.14.3; F 45 = Arr. <i>Anab.</i> 5.20.2; F 49 = Arr. <i>Anab.</i> 6.22.4-8; F 50 = Arr. <i>Anab.</i> 6.28.2-4; F 51a = Arr. <i>Anab.</i> 6.29.4-11; F 52 = Arr. <i>Anab.</i> 7.4.4; F 53 = Arr. <i>Anab.</i> 7.15.6; F 54 = Arr. <i>Anab.</i> 7.18.1-5; F 55 = Arr. <i>Anab.</i> 7.19.3-7.22.1-5; F 58 = Arr. <i>Anab.</i> 7.24.1-3; F 60 = Arr. <i>Anab.</i> 7.26.3; F 61 = Arr. <i>Anab.</i> 7.28.1; F 62 = Arr. <i>Anab.</i> 7.29.4 (PEARSON, 1960, p. 152-187)</p> |

|                            |  |  |
|----------------------------|--|--|
|                            | <p>lá, partiu para o interior, na direção do oráculo de Amon, tendo tomado caminho desértico. Uma chuva é mencionada. Esta tornou-se canônica (BOSWORTH, 1998 [1980], p. 272; cf. HAMILTON, 1969, p. 71), não servindo ao propósito da identificação de fragmentos específicos;</p> <p>c) pausa para uma história anedótica sobre desorientação no percurso. Duas serpentes teriam mostrado o caminho correto, segundo Ptolomeu (simples variante da história de Calístenes; BOSWORTH, 1998, p. 272; mais provavelmente versão influenciada pelas histórias de Olímpia, conforme HAMILTON, 1969, p. 71); dois corvos, segundo Aristobulo.</p> <p><b>3.4:</b><br/>a) descrição do templo, do oásis e das práticas religiosas. Consulta privada do rei ao oráculo. Retorno dos macedônios pela mesma rota, segundo Aristobulo, ou por rota distinta, segundo Ptolomeu. A última teria levado os macedônios direto para Mênfis (FGrH 138 F 8; FGrH 139 F 15).</p> | <p>C) Ptolomeu (FGrH 138 F 8).</p> <p>Arr. 3.3.5: Πτολεμαῖος μὲν δὴ ὁ Λάγου λέγει δράκοντας δύο ἰέναι πρὸ τοῦ στρατεύματος φωνῆν ἰέντας, καὶ τοῦτοις ἀλέξανδρον κελεύσαι ἔπεσθαι τοὺς ἡγεμόνας πιστεύσαντας τῷ θεῖῳ, τοὺς δὲ ἡγήσασθαι τὴν ὁδὸν τὴν τε ἐς τὸ μαντεῖον καὶ ὀπίσω αὐθις (...)</p> <p>Arr. 3.4.5: καὶ ἀκούσας ὅσα αὐτῷ πρὸς θυμοῦ ἦν, ὡς ἔλεγεν, ἀνέειπεν ἐπ' Αἰγύπτου (...) ὡς δὲ Πτολεμαῖος ὁ Λάγου, ἄλλην εὐθεῖαν ὡς ἐπὶ Μέμφιν.</p> <p>Ptolomeu é também conhecido de Arr. em outras passagens: F 1 = Arr. <i>Anab.</i> 1.2.7; F 3 = Arr. <i>Anab.</i> 1.8.1; F 6 = Arr. <i>Anab.</i> 2.11.8; F 7 = Arr. <i>Anab.</i> 2.12.3-6; F 9 = Arr. <i>Anab.</i> 3.4.5; F 10 = Arr. <i>Anab.</i> 6.11.5; F 12 = Arr. <i>Anab.</i> 3.17.6; F 13 = Arr. <i>Anab.</i> 3.26.2; F 14 = Arr. <i>Anab.</i> 3.29-30; F 16, 17 = Arr. <i>Anab.</i> 4.14.1-3; F 18 = Arr. <i>Anab.</i> 4.24-25; F 19 = Arr. <i>Anab.</i> 5.7.1; F 20 = Arr. <i>Anab.</i> 5.14.5; F 21 = Arr. <i>Anab.</i> 5.20.2; F 22 = Arr. <i>Anab.</i> 5.20.8-9; F 23 = Arr. <i>Anab.</i> 5.28.4-5; F 25 = Arr. <i>Anab.</i> 6.10.1; F 26a = Arr. <i>Anab.</i> 6.11.7-8; F 27 = Arr. <i>Anab.</i> 6.28.2; F 28b = Arr. <i>Anab.</i> 7.13.2-3; F 29 = Arr. <i>Anab.</i> 7.15.5-6; F 30 = Arr. <i>Anab.</i> 7.26.3; F 34 = Arr. <i>Anab.</i> 4.3.6, 4.5.5-9; F 35 = Arr. <i>Anab.</i> 5.21-24 (PEARSON, 1960, p. 173, 188-211)</p> |
| <p>Diod. Sic. 17.49-52</p> | <p><b>17.49:</b><br/>a) Alexandre chega ao Egito com todo o seu exército e obtém a rendição de todas as cidades em seu caminho em razão da impiedade dos persas;<br/>b) visita ao oráculo de Amon. No caminho tortuoso, Alexandre é visitado pelo povo de Cirene, que o apresenta, entre outras coisas, com uma coroa. Uma chuva é mencionada. História anedótica sobre desorientação no percurso. Corvos teriam mostrado o caminho correto.</p> <p><b>17.50:</b><br/>a) descrição do templo, do oásis e das práticas religiosas.</p> <p><b>17.51:</b><br/>a) consulta ao oráculo. Diferentemente de Arr. <i>Anab.</i>, Diod. Sic. alega saber o tratamento dado a Alexandre, bem como o que foi perguntado por ele ao sacerdote e a ele respondido pelo oráculo. Retorno do rei ao Egito.</p> <p><b>17.52:</b></p>  | <p>Provavelmente Calístenes (FGrH 124 F 14) por meio de Clitarco.</p> <p>Clitarco (FGrH 137), direta ou indiretamente. (PEARSON, 1960, p. 153, 221-222; cf. LAU, 2016, p. 74, 86, que mantém a dúvida como cautela metodológica).</p> <p>O problema das fontes em Diod. Sic. é há muito debatido na historiografia. Ver, por exemplo, Tam (1948, p. 55-62) e Pearson (1960, p. 217-225). Pearson defende que Clitarco é a fonte de Diod. Sic. 17, e que historiadores gregos anteriores podem ter sido utilizados pelo primeiro, de modo que Diod. Sic. constitua fonte indireta sobre eles. (PEARSON, 1960, 213) Para a polêmica “fonte dos mercenários” 9ver nota de rodapé 10), as melhores referências ainda são Tam (1948, p. 55-62) e Brunt (1962, p. 141-155).</p>  |

|                                 |   |  |
|---------------------------------|---|--|
|                                 | <p>a) fundação de Alexandria. O plano da cidade é traçado, incluindo a indicação da construção de um enorme palácio;</p> <p>b) breve história de Alexandria, incluindo estimativa posterior de cerca de 300.000 habitantes;</p> <p>c) a construção é deixada a cargo dos amigos do rei, que retorna para a Síria.</p>   |  |
| <p>Curt. 4.7-8</p>              | <p><b>4.7:</b></p> <p>a) Alexandre chega ao Egito e é aguardado por uma multidão reunida em Pelúcio. Um destacamento se dirige a Pelúcio, enquanto o rei segue com outro destacamento para Mênfis;</p> <p>b) quase em Mênfis, é interceptado por Mazaces, que o entrega uma quantia de 800 talentos e a mobília real;</p> <p>c) após organizar os assuntos de Estado de maneira a não alterar os costumes dos egípcios, Alexandre decide partir para o oráculo de Amon;</p> <p>d) no caminho tortuoso, Alexandre é visitado pelo povo de Cirene, que o presenteia. Não há descrição dos objetos (lit. <i>dōna</i>). Uma chuva é mencionada. História anedótica sobre desorientação no percurso. Corvos teriam mostrado o caminho correto;</p> <p>e) descrição do templo, do oásis e das práticas religiosas;</p> <p>f) consulta ao oráculo. Diferentemente de Arr. <i>Anab.</i>, Curt. alega saber o tratamento dado a Alexandre, bem como o que foi perguntado por ele ao sacerdote e a ele respondido pelo oráculo. Oferta feita pelo rei e consulta ao oráculo por parte dos amigos do rei a respeito da sua (de Alexandre) divindade.</p> <p><b>4.8:</b></p> <p>g) fundação de Alexandria, com narração de diversas histórias associadas.</p> <p>h) Anúncio da marcha rumo ao Eufrates.</p> | <p>Provavelmente Calístenes (FGrH 124 F 14) por meio de Clitarco. (PEARSON, 1960, p. 42)</p> <p>Clitarco (FGrH 137), direta ou indiretamente, isto é, por meio de uma fonte intermediária desconhecida (PEARSON, 1960, p. 153, 221-222).</p> <p>Ptolomeu por meio de Clitarco é também conhecido de Curt. em: F 26b = Curt. 9.5.21; F 25 = Curt. 9.8.15. (PEARSON, 1960, p. 207, 224) Pearson (1960, p. 10, 41-42, 43, 44, 77, 78-82, 190, 198, 248) defende, ainda, a utilização de outras fontes possíveis por Curt.</p> |
| <p>Plut. <i>Alex.</i> 26-29</p> | <p><b>26:</b></p> <p>a) visão de Alexandre sobre a fundação de Alexandria, no Egito. Marcação da área da cidade com informação específica idêntica a de Arr. (utilização improvisada e</p>  | <p>Calístenes (FGrH 124 F 14b) ou Calístenes por meio de Aristóbulo e Ptolomeu.</p> <p>Plut. <i>Alex.</i> 27.4: ὡς Καλλιस्थῆνης φησὶ, ταῖς φωναῖς ἀνακαλοῦμενοι τοὺς πλανομένους νύκτωρ καὶ κλάζοντες εἰς ἕχνος καθίστασαν τῆς πορείας.</p>  |

|  |   |   |
|--|---|---|
|  | <p>profética de farinha de cevada), o que indica uso de Calístenes, diretamente ou através de uma fonte intermediária desconhecida;</p> <p>b) jornada para o oráculo de Amon. Descrição abreviada do percurso tortuoso, com alusão não nominal à anedota de Heródoto sobre as tropas desaparecidas em meio à provável tempestade de areia.</p> <p><b>27:</b></p> <p>a) no caminho, menção à mesma chuva dos demais relatos. Corvos teriam mostrado o caminho correto;</p> <p>b) consulta ao oráculo, conforme Diod. Sic. e Curt., mas com adição de uma anedota sobre erro no manejo da língua grega pelo sacerdote (cf. HAMILTON, 1969, p. 73) oriunda de fonte desconhecida.</p> <p><b>28 e 29:</b></p> <p>a) após as últimas anedotas do cap. 28, Alexandre se dirige à Fenícia, tendo saído do Egito (cap. 29).</p> | <p>Calístenes é também conhecido de Plut. em outras passagens: T 2 = Plut. <i>Alex.</i> 55; T 7 e 8 = Plut. <i>Alex.</i> 53 e 54 (PEARSON, 1960, p. 23, 48); F 36 e 37 = Plut. <i>Alex.</i> 33 (PEARSON, 1960, p. 32, 46).</p> <p>Onesícrito (FGrH 134).</p> <p>Plut. <i>Alex.</i> 26.2 : οὐκ ὀλίγοι τῶν ἀξιοπισταῶν. Destes, pode-se identificar apenas Onesícrito (HAMILTON, 1969, p. 66). Cf. Plut. <i>Alex.</i> 8.2, que nominalmente o cita: ὡς Ὀνησίκριτος ἰστόρηκε.</p> <p>Onesícrito é também conhecido de Plut. em outras passagens: F 2 = Plut. <i>Alex.</i> 15; F 8 = Plut. <i>Alex.</i> 46; F 19 = Plut. <i>Alex.</i> 60; F 20 = Plut. <i>Alex.</i> 61; T 8 = Plut. <i>Alex.</i> 46 (PEARSON, 1960, p. 71, 85, 91, 105).</p> <p>Aristobulo (FGrH 139 F 47) é mencionado em outras passagens (15.2; 16.15; 18.4; 21.9; e, não nominalmente, em 19.2, cf. Arr. <i>Anab.</i> 2.4.7). No entanto, não é citado nominalmente nos caps. 26-29.</p> <p>Aristobulo é também conhecido de Plut. em: F 11 = Plut. <i>Alex.</i> 21 (PEARSON, 1960, p. 151, 159, 173).</p> <p>Ptolomeu (FGrH 138 F 8) é possivelmente fonte em Plut. <i>Alex.</i> 26.4, dada a mesma ordem cronológica encontrada em Arr. <i>Anab.</i> 3.1.5 (fundação de Alexandria e, então, visita ao oráculo de Amon).</p> <p>Ptolomeu é também conhecido de Plut. em outras passagens: F 19 = Plut. <i>Alex.</i> 60; F 28a = Plut. <i>Alex.</i> 46 (PEARSON, 1960, p. 188, 198).</p> |
|--|---|---|

Arr. *Anab.* é o único a mencionar celebrações em Mênfis (nem mesmo a tradição vulgar ou Plut. *Alex.* o fazem), que podem ser ou não associadas ao suposto evento de entronização. Arr. tem como fonte os fragmentos de Aristobulo e Ptolomeu, cujos relatos se baseiam em sua experiência como homens do rei e em Calístenes, historiador da expedição que dificilmente negligenciaria uma cerimônia de coroação tão pomposa e demorada. Isso posto, pergunta-se finalmente: seria a suposta estrutura narrativa de Calístenes (a corrupção do jovem rei no Oriente) suficiente para ignorar completamente a solenidade? É plausível estabelecer, conforme Bowden (2014, p. 156-157), a precocidade do ano de 332 para a construção narrativa da perda do jovem rei no Oriente e, por conseguinte, a sua completa ocultação por meio de cerimônias outras, competições e embaixadas no lugar de referência clara ao evento principal de coroação? Nada disso parece razão suficiente para se ter negligenciado inteiramente a suposta entronização de Alexandre no Egito.

O silêncio das fontes helenístico-romanas, a exceção do RA, pode revelar que elas escolheram, em sua totalidade, negligenciar os fragmentos dos historiadores

de Alexandre que documentaram uma suposta entronização no Egito. Outra possibilidade é a de que as fontes primárias desses escritores tardios, embora tivessem conhecimento do evento, decidiram deliberadamente não o registrar.

Pode-se presumir, ainda, que a entronização nunca ocorreu, razão pela qual nenhuma dessas fontes relatou o que quer que fosse sobre ela. Se aceitarmos a terceira explicação como sendo a mais plausível, então tem-se, como questão derradeira a resolver, a direção da interpretação das evidências arqueológicas egípcias<sup>23</sup> (significavam aceitação, ascensão e/ou entronização?) e da sua aparente convergência com o RA. Foi, afinal, a tentadora convergência dessas fontes que motivou este estudo, a fim de que se pudesse restabelecer a reserva de historiadores de Alexandre que rejeitam a historicidade de uma suposta entronização em Mênfis.

## Conclusão

Defender essa entronização a partir do protocolo onomástico egípcio e do relato fabuloso do RA é, portanto, um salto especulativo. Como tal, pode ser rejeitado (como já o foi por outros historiadores, dos quais o exemplo mais emblemático é Burstein) ou, se se entender que certas especulações podem apresentar algum grau de plausibilidade, tratado como o que se tornou à luz do novo tratamento das evidências egípcias: uma especulação tentadora, para a qual não parece haver suporte satisfatório dos relatos antigos, especialmente Calístenes (FGrH 124).

Os títulos reais egípcios de Alexandre podem tão somente indicar a “aceitação de seu governo pelos sacerdotes” (BURSTEIN, 1991, p. 141), mesmo que muitas inovações possam ser apontadas, conforme estudos de Bosch-Puche (2013, 2014a, 2014b). O fato de que isso tenha se repetido imediatamente depois de Alexandre e mais tarde com imperadores romanos é um fator a mais a se considerar, embora tenha sido pensado também como um processo de *comparatio Alexandri* (BOSCH-PUCHE, 2015). Diante da incerteza, recomenda-se prudência metodológica (seu oposto é o descarte dos relatos helenístico-romanos) e comedimento nas conclusões. Qualquer defesa da plausibilidade desse evento, ou da descrição do RA como sendo evidentemente genuína, soa irrazoável. O mais adequado, conforme defendi neste artigo, é ajustar a posição dos céticos historiadores por meio da defesa de uma solenidade viável do ponto de vista egípcio e macedônico, porém provavelmente fictícia.

Quanto ao uso do RA como fonte histórica sobre a vida de Alexandre, reitera-se que o silêncio das demais fontes para a suposta entronização em Mênfis e a pouca

---

<sup>23</sup> Discutidas extensivamente por Bosch-Puche (2014a e 2014b).

credibilidade do Romance para essa história são suficientes para acusar o problema de sua convergência e das evidências arqueológicas egípcias. Não apenas as fontes do período helenístico-romano estão baseadas em histórias escritas majoritariamente por homens do rei (além de declaradamente inclinadas para o registro de adaptações de costumes estrangeiros por parte do rei ao seu primeiro sinal) como também o protocolo onomástico parece ter atingido um impasse na historiografia.

Isso não significa, por fim, negar o seu valor como fonte histórica. Embora não seja fonte adequada para a história de Alexandre, certamente é texto rico para a compreensão da imaginação posterior a respeito do rei. Seu valor reside nas suas possibilidades como fonte para o fascínio exercido pelo conquistador do Império Persa em contextos posteriores, especialmente na Cristandade Oriental. Em conclusão, pode-se recordar as palavras de Stephen Gero, orientalista de Tübingen citado anteriormente, em um texto que inicialmente constituiu duas conferências proferidas na Universidade Harvard e na Universidade Católica dos Estados Unidos, ambas em abril de 1990: “O fascínio [causado por Alexandre] reflete-se na difusão do *RA*”, uma obra que, segundo ele, certamente não se distingue “pela precisão histórica ou (pelo menos para o gosto moderno) por qualquer mérito literário particular” (GERO, 1993, p. 4). Como única obra da “literatura de entretenimento profana grega” (termos de Gero) de um montante de obras técnicas ou filosóficas traduzidas do grego para o armênio no final da Antiguidade, certamente possui seu valor, ainda que este não resida em seu uso como fonte histórica para a reconstrução da vida ou da expedição de Alexandre. A suposta entronização de Alexandre em Mênfis parece fazer parte dessa lista de eventos fantásticos.

## Referências bibliográficas

### Fontes

- ARRIAN. *Anabasis Alexandri*, v. I. Tradução de E. Iliff Robson. London; Cambridge, MA: William Heinemann; Harvard University Press, 1947 [1929].
- CURTIUS RUFUS. *Histories of Alexander the Great*. Tradução de John Yardley, com introdução e comentário histórico de John Atkinson. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History*, v. IX: Books 18-19.65. Tradução de Russel M. Geer. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1947.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History*, v. X: Books 19.66-20. Tradução de Russel M. Geer. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1954.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History*, v. VIII: Books 16.66-17. Tradução de C. Bradford Welles. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963.

- DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Critical Essays, v. II: On literary composition. Dinarchus. Letters to Ammaeus and Pompeius*. Tradução de Stephen Usher. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- GELLIUS. *Attic Nights, v. II: Books 6-13*. Tradução de J. C. Rolfe. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1927.
- HERODOTUS. *Histories, v. II*. Tradução de A. D. Godley. London; Cambridge, MA: William Heinemann; Harvard University Press, 1928 [1921].
- JACOBY, Felix. *Die fragmente der griechischen historiker, II B*. Leiden: Brill, 1962 [1926-1930].
- JOSEPHUS. *Jewish Antiquities, v. IV: Books 9-11*. Tradução de Ralph Marcus. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1937.
- LUCIAN. *How to write history*. Tradução de K. Kilburn. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959.
- PLUTARCH. *Lives, v. II: Themistocles and Camillus. Aristides and Cato Major. Cimon and Lucullus*. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.
- PLUTARCH. *Lives, v. V: Agesilaus and Pompey. Pelopidas and Marcellus*. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1917.
- PLUTARCH. *Lives, v. VII: Demosthenes and Cicero. Alexander and Caesar*. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919.
- PLUTARCH. *Moralia, v. IV: On the fortune or the virtue of Alexander*. Tradução de Frank Cole Babbitt. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1936.
- POLYBIUS. *The Histories, v. III: Books 5-8*. Tradução de William Roger Paton. Revisão de Frank William Walbank e Christian Habicht. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.
- PSEUDO-CALLISTHENES. *Historia Alexandri Magni, v. I. Recensio Vetusta*. Edição de Guilelmus Kroll. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1926.
- PSEUDO-CALLISTHENES. *The Greek Alexander Romance*. Tradução, introdução e notas de Richard Stoneman. London: Penguin, 1991.
- PSEUDO-CALLISTHENES. *The life of Alexander of Macedon*. Tradução e edição de Elizabeth Haight. New York: Longmans, 1955.
- PSEUDO-CALLISTHENES. *The Romance of Alexander the Great by Pseudo-Callisthenes*: Tradução da versão armênia com introdução de Albert Wolohojian. New York and London: Columbia University Press, 1969.
- QUINTUS CURTIUS. *History of Alexander, v. I: Books 1-5*. Tradução de J. C. Rolfe. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1946.
- STRABO. *Geography, v. VII: Books 15-16*. Tradução de Horace Leonard Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1930.
- STRABO. *Geography, v. VIII: Book 17. General index*. Tradução de Horace Leonard Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1932.

## Bibliografia

- AGUT-LABORDÈRE, Damien. The satrapies of the Persian Empire in Egypt. In: POTTS, Daniel; MOELLER, Nadine; RADNER, Karen (ed.). *The Oxford history of the ancient near east, v. V: the age of Persia*. New York: Oxford University Press, 2023, p. 737-783.
- ANSON, Edward. The “Ephemerides” of Alexander the Great. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Stuttgart: Verlag, v. 45, n. 4, 1996, p. 501-504. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4436444>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- ANSON, Edward. *Alexander the Great: themes and issues*. London; New York: Bloomsbury, 2013.
- BADIAN, Ernst. Alexander in Iran. In: GERSHEVITCH, Ilya (ed.). *The Cambridge history of Iran, v. 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 420-501.
- BAINES, John. Ancient Egyptian decorum: demarcating and presenting social action. In: COONEY, Kathlyn; BEN-MARZOUK, Nadia; CANDELORA, Danielle (ed.). *Ancient Egyptian society: challenging assumptions, exploring approaches*. London; New York: Routledge, 2023, p. 74-89.
- BOSCH-PUCHE, Francisco. The Egyptian royal titulary of Alexander the Great, I: Horus, Two Ladies, Golden Horus, and Throne Names. *The Journal of Egyptian Archaeology*, Newbury Park, Sage, v. 99, 2013, p. 131-154. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24644930>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- BOSCH-PUCHE, Francisco. The Egyptian royal titulary of Alexander the Great, II: Personal Name, Empty Cartouches, Final Remarks, and Appendix. *The Journal of Egyptian Archaeology*, Newbury Park, Sage, v. 100, 2014a, p. 89-109. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24644965>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- BOSCH-PUCHE, Francisco. Alexander the Great's Egyptian names in the Barque Shrine at Luxor Temple. In: GRIEB, Volker; NAWOTKA, Krzysztof; WOJCIECHOWSKA, Agnieszka. (ed.). *Alexander the Great and Egypt: history, art, tradition*. Wiesbaden: Verlag, 2014b, p. 55-87.
- BOSWORTH, Albert. *A historical commentary on Arrian's History of Alexander, v. I*. Oxford: Clarendon Press, 1998 [1980].
- BOSWORTH, Albert. *Conquest and empire: the reign of Alexander the Great*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 [1988].
- BOWDEN, Hugh. *Alexander the Great*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- BRUNT, Peter. Persian accounts of Alexander's campaigns. *The Classical Quarterly*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 12, n. 1, p. 141-155, 1962. doi:10.1017/S000983880001691
- BURSTEIN, Stanley. Pharaoh Alexander: a scholarly myth. *Ancient Society*. Leuven: Peeters, v. 22, 1991, p. 139-145. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44079457>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- COLLINS, Andrew. The divinity of the pharaoh in greek sources. *The Classical Quarterly*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 64, n. 2, 2014, p. 841-844. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43905624>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- FAIRMAN, Herbert. The Kingship Rituals of Egypt. In: HOOKE, Samuel. *Myth, ritual, and kingship: essays on the theory and practice of kingship in the ancient near east and in Israel*. Oxford: Oxford University Press, 1958, p. 74-105.
- FOX, Robin. *Alexander the Great*. New York: Dial Press, 1974 [1973].

- FULLER, John. *The generalship of Alexander the Great*. Cambridge, MA: Da Capo Press, 1960.
- GEHRKE, Hans. *Geschichte des Hellenismus*. München: Verlag, 2003.
- GERO, Stephen. The legend of Alexander the Great in the Christian Orient. *Bulletin of the John Rylands Library*. Manchester: Manchester University Press, v. 75, n. 1, p. 3-9, 1993.
- GREEN, Peter. *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: a historical biography*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1991 [1974].
- GRENIER, Jean-Claude. *Les titulatures des empereurs romains dans les documents en langue égyptienne*. Bruxelles: Fondation Égyptologique Reine Elisabeth, 1989.
- HALL, Henry. Egypt to the coming of Alexander. In: BURY, John; COOK, Stanley; ADCOCK, Frank (ed.). *The Cambridge ancient history*, v. 6. London: Cambridge University Press, 1933 [1927], p. 137-166.
- HAMILTON, James. *Alexander the Great*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1992 [1973].
- HAMILTON, James. *Plutarch Alexander: a commentary*. Oxford: Oxford University Press, 1969.
- HAU, Lisa. *Moral history from Herodotus to Diodorus Siculus*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.
- LLOYD, Alan. The late period (664-332 BC). In: SHAW, Ian (ed.). *The Oxford history of ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 364-387.
- KRUCHTEN, Jean-Marie. Jean-Claude Grenier, Les titulatures des empereurs romains dans les documents en langue égyptienne. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles: FNRS, v. 60, 1991, p. 541-542. Disponível em: [www.persee.fr/doc/antiq\\_0770-2817\\_1991\\_num\\_60\\_1\\_2329\\_t1\\_0541\\_0000\\_1](http://www.persee.fr/doc/antiq_0770-2817_1991_num_60_1_2329_t1_0541_0000_1). Acesso em: 26 jul. 2023.
- NAWOTKA, Krzysztof. *Alexander the Great*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2010.
- NAWOTKA, Krzysztof. *The Alexander Romance by Ps. Callisthenes: a historical commentary*. Leiden; Boston: Brill, 2017.
- PEARSON, Lionel. The diary and the letters of Alexander the Great. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*. Stuttgart: Verlag, v. 3, n. 4, 1955, p. 429-55. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4434421>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- PEARSON, Lionel. *The lost histories of Alexander the Great*. New York: American Philological Association, 1960.
- PRENTICE, William. Callisthenes, the original historian of Alexander. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 54, 1923, p. 74-85. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/282843>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- QUACK, Joachim. Egypt. In: JACOBS, Bruno; ROLLINGER, Robert (ed.). *A companion to the Achaemenid Persian empire*. Oxford; Blackwell, 2021, p. 1517-1553.
- SCHENKEL, Göttignon. Goyon, Jean-Claude: confirmation du Pouvoir Royal au Nouvel An (Brooklyn Museum Papyrus 47.218.50). Text: V, 144 S. m. 5 Abb., 3 Tab., 9 Taf. 4°. Planches: III S., 30 Taf. 2°. Cairo: Institut Français d'Archeologie Orientale; Brooklyn, N. Y.: Brooklyn Museum [1972/1974] = Bibliothèque d'Etude, LII et Wilbour Monographs, VII. *Orientalistische Literaturzeitung*. Münster: Westfälische Wilhelms-Universität Münster, v. 73, 1978, p. 546-549. Disponível em: [https://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/3150/1/Schenkel\\_REZ\\_Goyon\\_Jean\\_Claude\\_1978.pdf](https://archiv.ub.uni-heidelberg.de/propylaeumdok/3150/1/Schenkel_REZ_Goyon_Jean_Claude_1978.pdf).
- STEWART, Andrew. *Faces of power: Alexander's image and Hellenistic politics*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1993.

- WASMUTH, Melanie. Egypt. In: JACOBS, Bruno; ROLLINGER, Robert (ed.). *A companion to the Achaemenid Persian empire*. Oxford: Blackwell, 2021, p. 762-803.
- WILCKEN, Ulrich. *Alexandre le Grand*. Tradução de Robert Bouvier. Paris: Payot, 1933 [1922].
- WILCKINSON, Richard. *The complete temples of ancient Egypt*. New York: Thames & Hudson, 2000.
- WINNERMAN, Jonathan. Divine kingship and the royal Ka. In: COONEY, K. M.; BEN-MARZOUK, N.; CANDELORA, D. (ed.). *Ancient Egyptian society: challenging assumptions, exploring approaches*. London; New York: Routledge, 2023, p. 41-48.

Recebido: 29/07/2023 – Aprovado: 03/04/2024

**Editores Responsáveis**

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco